

Guilherme de Souza Nucci

Curso de Direito Penal

vol. 1

Parte Geral
Arts. 1º a 120 do Código Penal

4.^a edição

revista, atualizada
e reformulada



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 28.01.2020
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2020 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Aurélio Corrêa
- CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

Nucci, Guilherme de Souza

Curso de direito penal: parte geral: arts. 1º a 120 do código penal / Guilherme de Souza Nucci. – 4. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2020.

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-309-8809-8

1. Direito penal – Brasil. I. Título.

19-60259

CDU: 343.21(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439

Sumário

| | |
|--|-----------|
| CAPÍTULO I – Introdução ao Direito Penal | 1 |
| 1. Noções introdutórias..... | 1 |
| 1.1. Conceito de direito penal | 1 |
| 1.2. Direito penal objetivo e subjetivo | 3 |
| 1.3. Direito penal comum e especial | 3 |
| 1.4. Direito penal internacional e direito internacional penal..... | 4 |
| 1.5. Direito penal (substantivo) e processual (adjetivo) | 5 |
| 1.6. Finalidade e função do direito penal | 5 |
| 1.7. Política criminal | 13 |
| 1.7.1. As velocidades do direito penal..... | 15 |
| 1.7.2. A vítima no direito penal | 17 |
| 1.8. Criminologia..... | 17 |
| 1.9. Bem jurídico | 19 |
| 2. Relacionamento do direito penal com outros ramos jurídicos | 21 |
| 2.1. Direito penal e constitucional..... | 21 |
| 2.2. Direito penal e civil..... | 22 |
| 2.3. Direito penal e administrativo..... | 22 |
| 2.4. Direito penal e tributário | 23 |
| 2.5. Direito penal e processual penal | 23 |
| 2.6. Direito penal e processual civil..... | 23 |
| 2.7. Direito penal e empresarial..... | 24 |

| | |
|---|-----------|
| 2.8. Direito penal e execução penal..... | 24 |
| 2.9. Direito penal e penitenciário..... | 24 |
| 2.10. Direito penal e infância e juventude..... | 25 |
| 2.11. Direito penal e ambiental..... | 25 |
| 2.12. Direito penal e econômico..... | 25 |
| 2.13. Direito penal e consumidor..... | 26 |
| 2.14. Direito penal e trabalhista..... | 26 |
| 2.15. Direito penal e previdenciário..... | 26 |
| 2.16. Direito penal e militar..... | 26 |
| 2.17. Direito penal e eleitoral..... | 27 |
| 3. Relacionamento do direito penal com outras ciências..... | 27 |
| 3.1. Direito penal e psicologia..... | 27 |
| 3.2. Direito penal e psiquiatria..... | 27 |
| 3.3. Direito penal e sociologia..... | 28 |
| 3.4. Direito penal e antropologia..... | 28 |
| 3.5. Direito penal e medicina legal..... | 28 |
| Resumo do capítulo..... | 29 |
| CAPÍTULO II – Evolução Histórica do Direito Penal..... | 31 |
| 1. Direito penal primitivo..... | 31 |
| 2. Direito penal romano..... | 36 |
| 3. Direito penal germânico..... | 37 |
| 4. Direito penal canônico..... | 38 |
| 5. Direito penal <i>comum</i> seguido do período humanitário..... | 39 |
| Resumo do capítulo..... | 40 |
| CAPÍTULO III – Escolas Penais..... | 41 |
| 1. Escola clássica..... | 41 |
| 2. Escola positiva..... | 46 |
| 3. Escolas mistas..... | 48 |
| 3.1. <i>Terza scuola italiana</i> | 48 |
| 3.2. Escolas ecléticas e a luta das escolas..... | 49 |
| 3.3. Evolução da teoria da pena..... | 49 |
| Resumo do capítulo..... | 51 |
| CAPÍTULO IV – História do Direito Penal Brasileiro..... | 53 |
| 1. Brasil colônia..... | 53 |
| 2. Brasil império..... | 55 |
| 3. Brasil república..... | 56 |
| 4. Brasil atual..... | 56 |
| Resumo do capítulo..... | 57 |

| | |
|--|-----|
| CAPÍTULO V – Princípios de Direito Penal | 59 |
| 1. Conceito de princípio e sua importância | 59 |
| 2. Graduação dos princípios | 61 |
| 3. Princípios regentes | 62 |
| 3.1. Dignidade da pessoa humana | 62 |
| 3.2. Devido processo legal | 64 |
| 4. Princípios de direito penal | 65 |
| 4.1. Constitucionais explícitos | 65 |
| 4.1.1. Concernentes à atuação do Estado | 65 |
| 4.1.1.1. Legalidade (ou reserva legal) | 65 |
| 4.1.1.2. Anterioridade | 67 |
| 4.1.1.3. Retroatividade da lei penal benéfica | 67 |
| 4.1.1.4. Humanidade | 67 |
| 4.1.2. Concernentes ao indivíduo | 70 |
| 4.1.2.1. Personalidade ou responsabilidade pessoal | 70 |
| 4.1.2.1.1. A questão da cobrança da multa penal | 72 |
| 4.1.2.1.2. A medida extrapenal do princípio ... | 73 |
| 4.1.2.2. Individualização da pena | 75 |
| 4.2. Constitucionais implícitos | 76 |
| 4.2.1. Concernentes à atuação do Estado | 76 |
| 4.2.1.1. Intervenção mínima e princípios consequenciais da subsidiariedade, fragmentariedade e ofensividade | 76 |
| 4.2.1.1.1. Ofensividade (ou lesividade) | 78 |
| 4.2.1.1.2. Insignificância e adequação social ... | 79 |
| 4.2.1.2. Taxatividade | 79 |
| 4.2.1.2.1. Conceito e importância | 79 |
| 4.2.1.2.2. Mecanismos legítimos para a construção dos tipos penais: elementos normativos, subjetivos específicos e norma em branco | 80 |
| 4.2.1.2.3. Análise dos tipos abertos | 81 |
| 4.2.1.2.4. Normas penais explicativas | 95 |
| 4.2.1.2.5. Tipos remissivos | 96 |
| 4.2.1.2.6. A influência da política criminal na construção dos tipos penais | 96 |
| 4.2.1.3. Proporcionalidade | 98 |
| 4.2.1.3.1. Conceito e dimensão | 98 |
| 4.2.1.3.2. Alterações legislativas e desproporcionalidade | 99 |
| 4.2.1.3.3. O princípio da proibição da proteção deficiente | 101 |

| | | |
|---|--|------------|
| 4.2.1.4. | Vedação da dupla punição pelo mesmo fato..... | 101 |
| 4.2.1.4.1. | Conceito e aplicação prática..... | 101 |
| 4.2.1.4.2. | Correlação com a individualização da pena | 102 |
| 4.2.1.4.3. | A constitucionalidade da aplicação da reincidência | 103 |
| 4.2.1.4.4. | Absorção do perigo pelo dano | 103 |
| 4.2.2. | Concernente ao indivíduo..... | 104 |
| 4.2.2.1. | Culpabilidade..... | 104 |
| 4.2.2.1.1. | Conceito e relevância | 104 |
| 4.2.2.1.2. | Dolo e culpa: uma nova abordagem.... | 106 |
| 4.2.2.1.3. | Responsabilidade penal objetiva, sua extensão na teoria do tipo e o enfoque da embriaguez voluntária ou culposa... .. | 109 |
| 4.2.2.1.4. | Culpabilidade no campo da aplicação da pena | 112 |
| 4.2.2.1.5. | Culpabilidade no processo penal..... | 113 |
| | Resumo do capítulo | 114 |
| CAPÍTULO VI – Fontes do Direito Penal e Interpretação das Leis Penais..... | | 119 |
| 1. | Fontes do direito penal e do processo penal..... | 119 |
| 1.1. | Fontes materiais | 119 |
| 1.2. | Fontes formais | 122 |
| 1.2.1. | Alguns instrumentos de criação do tipo penal: enfoques do tipo aberto, do tipo remissivo e da norma penal em branco.... | 125 |
| 1.2.2. | Alguns instrumentos de integração e interpretação da norma penal: enfoques da analogia, da interpretação analógica e da interpretação extensiva | 127 |
| 1.2.3. | Alguns instrumentos de integração e interpretação da norma processual penal: enfoques da analogia, da interpretação analógica e da interpretação extensiva | 127 |
| 1.2.4. | Medida de segurança: aspectos cautelares e executórios | 128 |
| 1.2.5. | Plebiscito e referendo | 129 |
| 1.2.6. | Interpretação e integração do direito penal..... | 129 |
| 1.2.6.1. | Conceito de interpretação | 129 |
| 1.2.6.2. | Espécies de interpretação | 130 |
| 1.2.6.3. | Outras formas de interpretação e fontes indiretas... .. | 139 |
| 1.2.6.4. | Analogia | 145 |
| | Resumo do capítulo | 147 |
| CAPÍTULO VII – Legalidade e Anterioridade da Lei Penal..... | | 151 |
| 1. | Legalidade..... | 151 |
| 1.1. | Mera legalidade e estrita legalidade | 151 |

| | |
|---|-----|
| 1.2. Legalidade como garantia humana fundamental..... | 152 |
| 1.3. Legalidade material e formal | 154 |
| 1.4. Leis escritas | 154 |
| 2. Anterioridade | 155 |
| 3. Extensão da palavra <i>crime</i> | 156 |
| 4. Aplicação da legalidade para qualquer sanção penal..... | 156 |
| 5. Eficácia dos princípios da legalidade e da anterioridade | 157 |
| 6. Normas penais em branco | 158 |
| 6.1. Conceito | 158 |
| 6.2. Intermitência da norma penal em branco | 159 |
| 6.3. Confronto entre normas penais em branco, tipos penais remetidos e normas imperfeitas ou incompletas | 160 |
| Resumo do capítulo | 161 |
| CAPÍTULO VIII – Aplicação da Lei Penal no Tempo | 163 |
| 1. Conceito e alcance da lei penal no tempo | 163 |
| 2. <i>Abolitio criminis</i> (abolição do delito)..... | 164 |
| 2.1. Confronto com a edição de lei penal benéfica (<i>novatio legis in melius</i>)..... | 164 |
| 2.1.1. Lei penal inconstitucional benéfica | 164 |
| 2.2. Confronto com a edição de lei penal prejudicial (<i>novatio legis in pejus</i>)..... | 165 |
| 3. Lei penal benéfica em <i>vacatio legis</i> | 166 |
| 4. Combinação de leis penais e lei penal intermediária | 168 |
| 4.1. Lei publicada com erros | 170 |
| 4.2. Lei penal corretiva ou interpretativa | 170 |
| 4.3. A combinação de leis penais no contexto da delação premiada | 171 |
| 5. Competência para aplicação da lei penal benéfica | 172 |
| 5.1. Competência para aplicação de interpretação mais benéfica de lei penal..... | 172 |
| 6. Crime permanente e lei penal prejudicial ao réu | 173 |
| 7. Crime continuado e lei penal prejudicial ao réu | 174 |
| 8. Retroatividade da lei processual penal benéfica..... | 174 |
| 9. Leis intermitentes | 175 |
| 9.1. Conceito | 175 |
| 9.2. Extensão e eficácia | 176 |
| Resumo do capítulo | 178 |
| Esquemas | 179 |
| CAPÍTULO IX – Tempo e Lugar do Crime | 183 |
| 1. Tempo do crime | 183 |
| 2. Alcance da teoria da atividade..... | 184 |

| | | |
|--|---|------------|
| 3. | O tempo do crime nas infrações penais permanentes e continuadas | 184 |
| 4. | Teorias sobre o lugar do crime..... | 185 |
| 5. | Conflito aparente entre o art. 6.º do Código Penal e o art. 70 do Código de Processo Penal..... | 185 |
| 6. | Lugar do crime nas infrações penais permanentes e continuadas..... | 187 |
| | Resumo do capítulo | 187 |
| CAPÍTULO X – Aplicação da Lei Penal no Espaço | | 189 |
| 1. | Territorialidade e extraterritorialidade..... | 189 |
| 2. | Regras para a aplicação da lei penal no espaço | 189 |
| 3. | Conceito de território e seus elementos | 190 |
| 3.1. | Rios, lagos e mares fronteiriços e sucessivos | 190 |
| 3.2. | Espaço aéreo..... | 190 |
| 3.2.1. | Correção da parte final do § 1.º do art. 5.º do Código Penal.... | 191 |
| 3.3. | Mar territorial brasileiro..... | 191 |
| 4. | Território brasileiro por equiparação..... | 192 |
| 4.1. | Competência para o julgamento de crimes cometidos a bordo de embarcações e aeronaves..... | 192 |
| 4.2. | A lei penal e a Convenção de Tóquio | 193 |
| 4.3. | Crime cometido em lugar não pertencente a qualquer país..... | 194 |
| 5. | Critérios para a extraterritorialidade | 194 |
| 5.1. | Hipóteses de extraterritorialidade condicionada..... | 194 |
| 5.2. | Princípios regentes da extraterritorialidade..... | 194 |
| 5.3. | Crítica à extraterritorialidade incondicionada..... | 195 |
| 6. | Extradição | 197 |
| 6.1. | Conceito, espécies e fonte legislativa | 197 |
| 6.2. | Requisitos para a concessão | 197 |
| 6.3. | Diferenças em face de repatriação, deportação e expulsão..... | 202 |
| 6.3.1. | Diferenças em face de transferência de execução da pena e transferência de pessoa condenada..... | 203 |
| 6.4. | Importância da extradicação | 204 |
| 6.5. | Tribunal Penal Internacional | 204 |
| 6.5.1. | Introdução..... | 204 |
| 6.5.2. | Competência do Tribunal Penal Internacional | 205 |
| 6.5.3. | Dos crimes previstos no Estatuto de Roma | 206 |
| 6.5.4. | Dos direitos e garantias humanas fundamentais..... | 210 |
| 6.5.5. | Conclusão..... | 211 |
| 7. | Pena cumprida no estrangeiro, tentativa de amenizar a não aplicação do princípio <i>ne bis in idem</i> e não recepção parcial do art. 8.º do Código Penal | 212 |
| 8. | Outras exceções à regra da territorialidade | 213 |
| 8.1. | Tratados e convenções | 213 |
| 8.2. | Regras de direito internacional..... | 214 |

| | | |
|---|--|------------|
| 8.3. | Imunidades diplomáticas | 214 |
| 8.3.1. | Abrangência, extensão e exclusão da imunidade | 214 |
| 8.3.2. | Características das imunidades diplomáticas | 215 |
| 8.4. | Imunidades consulares | 216 |
| 8.5. | Possibilidade de renúncia | 217 |
| 8.6. | Imunidades parlamentares | 218 |
| 8.6.1. | Imunidade substantiva | 218 |
| 8.6.2. | Natureza jurídica da imunidade substantiva | 218 |
| 8.6.3. | Características da imunidade substantiva | 219 |
| 8.6.4. | Imunidade processual | 221 |
| 8.7. | Outras imunidades e foros privilegiados | 222 |
| 8.7.1. | Deputados estaduais | 222 |
| 8.7.2. | Vereadores | 222 |
| 8.7.3. | Advogados | 223 |
| 8.7.4. | Prefeitos | 224 |
| | Resumo do capítulo | 224 |
| | Esquema | 227 |
| CAPÍTULO XI – Eficácia de Sentença Estrangeira | | 229 |
| 1. | Homologação de sentença estrangeira e soberania nacional | 229 |
| 2. | Hipóteses para a homologação | 230 |
| 2.1. | Reparação civil do dano causado à vítima | 230 |
| 2.2. | Aplicação de medida de segurança | 230 |
| 2.3. | Hipótese prevista na Lei de Lavagem de Dinheiro | 230 |
| 3. | Efeitos da sentença condenatória estrangeira que independem de homologação | 231 |
| | Resumo do capítulo | 231 |
| CAPÍTULO XII – Contagem de Prazo e Frações da Pena | | 233 |
| 1. | Prazos penais e processuais penais | 233 |
| 2. | O calendário comum como parâmetro para a contagem do prazo | 233 |
| 3. | Frações não computáveis da pena | 234 |
| | Resumo do capítulo | 234 |
| | Esquema | 235 |
| CAPÍTULO XIII – Conflito Aparente de Normas | | 237 |
| 1. | Conceito | 237 |
| 1.1. | Diferença entre concurso formal e concurso aparente de normas | 238 |
| 2. | Critério da sucessividade | 238 |
| 3. | Critério da especialidade | 238 |
| 4. | Critério da subsidiariedade (tipo de reserva) | 240 |
| 5. | Critério da absorção (ou consunção) | 241 |

| | |
|---|------------|
| 6. Critério da alternatividade | 241 |
| Resumo do capítulo | 243 |
| Esquemas | 243 |
| CAPÍTULO XIV – Teoria do Crime | 247 |
| 1. Conceito de crime | 247 |
| 1.1. Conceito material | 247 |
| 1.2. Conceito formal | 248 |
| 1.3. Conceito analítico | 249 |
| 1.3.1. Teoria nacional bipartida do fato típico e antijurídico, tendo a culpabilidade como pressuposto de aplicação da pena | 254 |
| 2. Princípios elementares do crime | 258 |
| 2.1. Causalismo | 259 |
| 2.2. Neokantismo (teoria neoclássica) | 260 |
| 2.3. Finalismo | 261 |
| 2.4. Teoria social da ação | 263 |
| 2.5. Funcionalismo | 263 |
| 2.5.1. Teleológico | 264 |
| 2.5.2. Sistêmico | 267 |
| 2.6. Teoria da ação significativa | 268 |
| 2.7. Síntese | 272 |
| 3. Diferença entre crime e contravenção penal | 274 |
| Resumo do capítulo | 275 |
| Esquemas | 277 |
| CAPÍTULO XV – Sujeitos e Objetos do Crime | 281 |
| 1. Sujeito ativo | 281 |
| 1.1. A pessoa jurídica como sujeito ativo de crime | 282 |
| 1.1.1. A responsabilidade penal da pessoa jurídica além da fronteira do crime ambiental | 284 |
| 2. Sujeito passivo | 286 |
| 3. Objetos do crime | 286 |
| 3.1. Objeto material | 286 |
| 3.2. Objeto jurídico | 287 |
| Resumo do capítulo | 287 |
| CAPÍTULO XVI – Classificação dos Crimes | 289 |
| 1. Base científica da classificação | 289 |
| 2. A classificação artificial | 290 |
| 3. As classificações mais relevantes | 290 |
| 3.1. Crimes comuns e próprios | 290 |
| 3.1.1. Crimes de mão própria | 291 |

| | | |
|--|---|------------|
| 3.2. | Crimes instantâneos e permanentes | 292 |
| 3.2.1. | Os crimes instantâneos de efeitos permanentes (delitos de estado) | 293 |
| 3.3. | Crimes comissivos e omissivos (próprios e impróprios) | 294 |
| 3.4. | Crimes de atividade e de resultado (materiais, formais, mera conduta e exauridos) | 295 |
| 3.5. | Crimes de dano e de perigo | 295 |
| 3.6. | Crimes unissubjetivos e plurissubjetivos | 299 |
| 3.7. | Crimes simples e complexos | 299 |
| 3.8. | Crimes progressivos e progressão criminosa | 300 |
| 3.9. | Crime habitual | 301 |
| 3.10. | Crimes unissubsistentes e plurissubsistentes | 302 |
| 3.11. | Crimes de forma livre e de forma vinculada | 302 |
| 3.12. | Crimes vagos (multivitimários ou de vítimas difusas) | 302 |
| 3.13. | Crimes remetidos | 303 |
| 3.14. | Crimes condicionados | 303 |
| 3.15. | Crimes de atentado (ou de empreendimento) | 303 |
| 3.16. | Crimes militares próprios e impróprios | 303 |
| 3.17. | Crimes comuns e políticos | 304 |
| | Resumo do capítulo | 304 |
| CAPÍTULO XVII – Tipo e Tipicidade | | 307 |
| 1. | Primeiras considerações | 307 |
| 2. | Conceito de tipo penal e sua estrutura | 308 |
| 2.1. | Elementos do tipo penal incriminador | 309 |
| 2.2. | Classificação do tipo | 311 |
| 2.2.1. | Tipo fechado e aberto | 311 |
| 2.2.2. | Tipo objetivo e subjetivo | 311 |
| 2.2.3. | Tipo básico e derivado | 312 |
| 2.2.4. | Tipo simples e misto | 312 |
| 2.2.5. | Tipo de injusto (ou tipo-total de injusto) | 313 |
| 2.2.6. | Tipo indiciário | 313 |
| 2.2.7. | Tipo permissivo | 314 |
| 2.2.8. | Tipo formal e material | 314 |
| 2.2.9. | Tipo conglobante | 318 |
| 2.2.10. | Tipo congruente e incongruente | 318 |
| 2.2.11. | Tipo normal e anormal | 319 |
| 2.2.12. | Tipo de tendência interna subjetiva transcendente | 319 |
| 2.2.13. | Tipo remetido | 319 |
| 2.2.14. | Tipo de ação | 319 |
| 2.3. | Tipicidade | 320 |
| 2.3.1. | Tipicidade, antinormatividade e antijuridicidade | 320 |

| | | |
|---|--|-----|
| 3. | Excludentes de tipicidade | 321 |
| 3.1. | Princípio da adequação social | 322 |
| 3.1.1. | Lesões na prática de esportes | 322 |
| 3.2. | Princípio da insignificância | 322 |
| 3.2.1. | Antecedentes do agente | 322 |
| 3.2.2. | Violência doméstica | 323 |
| | Resumo do capítulo | 323 |
| CAPÍTULO XVIII – Conduta e Resultado | | 325 |
| 1. | Conceito de conduta | 325 |
| 2. | Elementos da conduta..... | 327 |
| 2.1. | Enfoque particular da hipnose | 329 |
| 2.2. | Enfoque particular da omissão | 331 |
| 2.3. | Ações em curto-circuito e gestos habituais ou mecânicos | 331 |
| 3. | Conceito de resultado | 332 |
| | Resumo do capítulo | 333 |
| CAPÍTULO XIX – Elementos Subjetivos do Crime: Dolo e Culpa | | 335 |
| 1. | Conceito de dolo | 335 |
| 2. | Distinção entre dolo genérico e dolo específico | 337 |
| 3. | Características do dolo | 337 |
| 4. | Conceito de dolo direto | 338 |
| 4.1. | Dolo direto de primeiro grau e dolo direto de segundo grau..... | 338 |
| 5. | Conceito de dolo indireto ou eventual | 339 |
| 5.1. | Dolo eventual nos graves delitos de trânsito | 340 |
| 6. | Exigibilidade do dolo direto e do dolo eventual | 340 |
| 6.1. | Sobre a aplicação da pena | 342 |
| 7. | Outras classificações do dolo | 342 |
| 7.1. | Dolo alternativo | 342 |
| 7.2. | Dolo cumulativo | 343 |
| 7.3. | Dolo anterior | 343 |
| 7.4. | Dolo subsequente | 344 |
| 7.5. | Dolo geral | 344 |
| 8. | Conceito de culpa..... | 345 |
| 8.1. | Culpa e tipicidade | 346 |
| 9. | Distinção entre culpa inconsciente e consciente | 346 |
| 10. | Elementos da culpa | 347 |
| 10.1. | Princípio da confiança | 349 |
| 11. | Situações peculiares no campo da culpa | 350 |
| 11.1. | Culpa presumida | 350 |
| 11.2. | Graus de culpa | 350 |
| 11.3. | Compensação de culpas | 351 |

| | |
|---|-----|
| 11.4. Concorrência de culpas | 351 |
| 11.5. Culpa imprópria | 352 |
| 12. Espécies de culpa | 352 |
| 12.1. Imprudência | 352 |
| 12.1.1. Sucessão de imprudências | 353 |
| 12.2. Negligência | 353 |
| 12.3. Imperícia | 353 |
| 12.3.1. Distinção entre imperícia e erro profissional | 354 |
| 13. Diferença entre culpa consciente e dolo eventual | 354 |
| Resumo do capítulo | 356 |
| Esquematas | 359 |
| CAPÍTULO XX – Nexo Causal | 363 |
| 1. Conceito de nexo causal | 363 |
| 1.1. Causa | 363 |
| 1.2. Resultado | 364 |
| 2. Teorias do nexo causal | 365 |
| 2.1. Equivalência dos antecedentes | 365 |
| 2.2. Causalidade adequada | 365 |
| 2.3. Imputação objetiva | 366 |
| 2.3.1. Avaliação da imputação objetiva por meio de exemplos | 368 |
| 2.3.2. Crítica à teoria da imputação objetiva | 371 |
| 2.3.2.1. Crítica à teoria da equivalência dos antecedentes por meio de um exemplo | 373 |
| 2.3.2.2. Críticas às teorias da equivalência dos anteceden- tes e da causalidade adequada | 374 |
| 3. Causas independentes e relativamente independentes | 375 |
| 3.1. Concausas e seus efeitos | 376 |
| 4. Relação de causalidade nos crimes omissivos próprios e omissivos impró- prios | 377 |
| 4.1. Natureza jurídica da omissão própria | 378 |
| 4.2. Natureza jurídica da omissão imprópria e significado da expressão penalmente relevante | 378 |
| 4.2.1. A expressão podia agir | 379 |
| 4.3. Dever de agir advindo de lei | 379 |
| 4.4. Dever de agir de quem assumiu a responsabilidade de evitar o resul- tado | 380 |
| 4.5. Dever de agir por ter gerado o risco | 380 |
| 4.6. Questões controversas no cenário do nexo causal | 380 |
| 4.6.1. Omissão de socorro quanto ao agressor | 380 |
| 4.6.2. Relação de garantia entre pais e filhos maiores | 381 |
| 4.6.3. Relação de garantia em relacionamentos diversos | 381 |

| | |
|--|-----|
| 4.6.4. Concorrência de ações em homicídio | 382 |
| 4.6.5. O surgimento de novas causas geradoras do dever de garante... | 382 |
| Resumo do capítulo | 383 |
| Esquemas | 386 |
| CAPÍTULO XXI – Crimes Qualificados pelo Resultado | 391 |
| 1. Conceito..... | 391 |
| 2. Distinção entre crime qualificado pelo resultado e delito preterdoloso | 392 |
| 3. Exigência do elemento subjetivo no resultado qualificador | 393 |
| 4. Classificação dos crimes qualificados pelo resultado..... | 393 |
| Resumo do capítulo..... | 395 |
| CAPÍTULO XXII – Ilicitude | 397 |
| 1. Conceito de ilicitude (antijuridicidade) | 397 |
| 1.1. Terminologia..... | 397 |
| 1.2. Ilicitude formal e material..... | 398 |
| 2. Excludentes de ilicitude | 399 |
| 3. Elemento subjetivo nas excludentes..... | 401 |
| 4. Estado de necessidade | 404 |
| 4.1. Conceito e fundamento | 404 |
| 4.2. Espécies de estado de necessidade | 404 |
| 4.2.1. Estado de necessidade justificante e exculpante..... | 404 |
| 4.2.2. Estado de necessidade agressivo e defensivo | 406 |
| 4.3. Requisitos do estado de necessidade | 407 |
| 4.3.1. Existência de perigo atual | 407 |
| 4.3.2. Involuntariedade na geração do perigo | 407 |
| 4.3.3. Inevitabilidade do perigo e inevitabilidade da lesão | 409 |
| 4.3.4. Proteção a direito próprio ou de terceiro | 409 |
| 4.3.5. Proporcionalidade do sacrifício do bem ameaçado | 410 |
| 4.3.5.1. A recusa de transfusão de sangue por testemunhas de Jeová | 410 |
| 4.3.5.2. A recusa da transfusão de sangue em crianças e adolescentes provocada pelos pais ou representante legal | 411 |
| 4.3.6. Dever legal de enfrentar o perigo | 412 |
| 4.4. Causa de diminuição de pena..... | 412 |
| 4.5. Indispensabilidade da prova | 412 |
| 5. Legítima defesa | 413 |
| 5.1. Conceito e fundamento | 413 |
| 5.2. Elementos da legítima defesa..... | 414 |
| 5.2.1. Conceito de agressão | 414 |
| 5.2.1.1. Cautela na verificação das posições de agressor e vítima..... | 415 |

| | | |
|------------|---|-----|
| 5.2.2. | Injustiça da agressão | 416 |
| 5.2.3. | Atualidade ou iminência da agressão | 416 |
| 5.2.3.1. | Legítima defesa presumida | 417 |
| 5.2.4. | Agressão contra direito próprio ou de terceiros..... | 417 |
| 5.2.4.1. | Legítima defesa de terceiro e consentimento do agredido..... | 418 |
| 5.2.5. | Utilização dos meios necessários para a reação | 419 |
| 5.2.6. | Moderação da reação..... | 420 |
| 5.2.7. | Proporcionalidade na legítima defesa..... | 421 |
| 5.2.7.1. | Ofendículos..... | 421 |
| 5.2.7.1.1. | Conceito e natureza jurídica..... | 421 |
| 5.2.7.1.2. | Critérios para a sua utilização | 422 |
| 5.2.7.1.3. | Uso de animais | 424 |
| 5.2.7.1.4. | Exemplos de ofendículos | 425 |
| 5.3. | Outras questões polêmicas envolvendo a legítima defesa | 426 |
| 5.3.1. | Legítima defesa da honra | 426 |
| 5.3.1.1. | Legítima defesa da honra no contexto do adultério ... | 427 |
| 5.3.2. | Legítima defesa da honra <i>versus</i> legítima defesa efetiva: a tragédia da Piedade (o assassinato de Euclides da Cunha).... | 429 |
| 5.3.3. | Legítima defesa contra legítima defesa (legítima defesa recí- proca) ou contra qualquer outra excludente de ilicitude..... | 433 |
| 5.3.4. | Legítima defesa contra pessoa jurídica..... | 433 |
| 5.3.5. | Legítima defesa contra agressão de inimputáveis | 433 |
| 5.3.6. | Legítima defesa sucessiva | 434 |
| 5.3.7. | Legítima defesa contra multidão | 434 |
| 5.3.8. | Legítima defesa contra provocação..... | 435 |
| 5.3.9. | Legítima defesa nas relações familiares | 435 |
| 5.3.10. | Legítima defesa por omissão..... | 436 |
| 5.3.11. | Legítima defesa praticada por inimputáveis..... | 437 |
| 5.3.12. | Legítima defesa da comunidade | 437 |
| 5.3.13. | Legítima defesa <i>contra animais</i> | 437 |
| 5.3.13.1. | Legítima defesa <i>em prol</i> de animais | 438 |
| 5.3.14. | Legítima defesa contra atos preparatórios | 438 |
| 5.3.15. | Legítima defesa contra crime impossível | 438 |
| 5.3.16. | Legítima defesa putativa e pretexto de legítima defesa | 439 |
| 5.3.17. | Legítima defesa contra autoridades e agentes policiais | 439 |
| 5.3.18. | Legítima defesa em favor de refém | 439 |
| 6. | Estrito cumprimento do dever legal | 440 |
| 6.1. | Conceito e fundamento | 440 |
| 6.2. | Situações específicas de cumprimento do dever legal..... | 440 |
| 7. | Exercício regular de direito | 441 |
| 7.1. | Conceito e fundamento | 441 |
| 7.1.1. | Diferenças entre o estrito cumprimento do dever legal e exercício regular de direito..... | 441 |

| | | |
|---|---|-----|
| 7.2. | Situações específicas de exercício regular de direito | 442 |
| 7.2.1. | Utilização de cadáver por faculdade de medicina..... | 442 |
| 7.3. | Hipóteses polêmicas no contexto do exercício regular de direito | 443 |
| 7.3.1. | O estupro da esposa praticado pelo marido | 443 |
| 7.3.2. | O trote acadêmico ou militar | 443 |
| 7.3.3. | Os castigos dos pais e dos professores | 443 |
| 7.3.3.1. | Correção disciplinar de filho alheio | 444 |
| 7.3.4. | As lesões praticadas no esporte | 444 |
| 8. | Consentimento do ofendido | 444 |
| 8.1. | Conceito e fundamento | 444 |
| 8.1.1. | Consentimento do ofendido e tipicidade | 447 |
| 8.2. | Requisitos da excludente do consentimento do ofendido | 449 |
| 9. | Excessos no contexto das excludentes | 450 |
| 9.1. | Excesso doloso | 451 |
| 9.2. | Excesso culposo | 451 |
| 9.3. | Excesso exculpante | 451 |
| 9.4. | Excesso acidental | 452 |
| 9.5. | Excessos intensivo e extensivo | 452 |
| | Resumo do capítulo | 453 |
| | Esquema | 454 |
| CAPÍTULO XXIII – Culpabilidade | | 455 |
| 1. | Conceito e fundamento | 455 |
| 1.1. | Culpabilidade formal e material | 456 |
| 1.2. | Coculpabilidade | 456 |
| 1.3. | Tipo positivo e negativo de culpabilidade | 457 |
| 1.4. | Culpabilidade do fato e do autor | 457 |
| 2. | Teorias da culpabilidade | 459 |
| 2.1. | Psicológica (causalista) | 459 |
| 2.2. | Psicológico-normativa (neokantista ou clássica) | 460 |
| 2.3. | Normativa pura (finalista) | 460 |
| 2.4. | Funcionalista | 461 |
| 2.5. | Significativismo | 462 |
| 2.6. | Síntese | 464 |
| 3. | Excludentes de culpabilidade | 466 |
| 3.1. | Excludentes concernentes ao agente do fato..... | 466 |
| 3.1.1. | Imputabilidade penal | 466 |
| 3.1.2. | Doença mental e desenvolvimento mental incompleto ou retardado | 466 |
| 3.1.2.1. | Conceito de doença mental | 467 |
| 3.1.2.2. | Conceito de desenvolvimento mental incompleto ou retardado..... | 468 |

| | | |
|----------|--|-----|
| 3.1.2.3. | A questão do indígena | 469 |
| 3.1.2.4. | Doenças da vontade e personalidades antisso- ciais | 469 |
| 3.1.2.5. | Importância da perícia médica | 470 |
| 3.1.2.6. | Natureza jurídica da decisão absolutória impró- pria | 471 |
| 3.1.2.7. | Conceito de perturbação da saúde mental | 471 |
| 3.1.2.8. | Critério para a diminuição da pena e isenção de pena..... | 471 |
| 3.1.3. | A verificação de inimputabilidade penal e o princípio proces- sual da prevalência do interesse do réu (<i>in dubio pro reo</i>)... .. | 471 |
| 3.1.4. | Embriaguez decorrente de vício | 472 |
| 3.1.5. | Menoridade | 473 |
| 3.1.5.1. | Início da maioridade penal aos 18 anos..... | 474 |
| 3.1.5.2. | Inimputabilidade e crime permanente..... | 474 |
| 3.2. | Excludentes concernentes ao fato | 475 |
| 3.2.1. | Coação moral irresistível..... | 475 |
| 3.2.1.1. | Elementos da coação moral irresistível..... | 475 |
| 3.2.1.2. | Existência de apenas duas pessoas no âmbito da coação moral irresistível..... | 477 |
| 3.2.2. | Elementos da obediência hierárquica..... | 477 |
| 3.2.2.1. | Análise da legalidade da ordem | 478 |
| 3.2.2.2. | Punição do coator ou do autor da ordem..... | 479 |
| 3.2.3. | Embriaguez decorrente de caso fortuito ou força maior..... | 479 |
| 3.2.3.1. | Embriaguez voluntária ou culposa | 479 |
| 3.2.3.2. | Embriaguez voluntária e legítima defesa putativa .. | 480 |
| 3.2.3.3. | A teoria da <i>actio libera in causa</i> | 481 |
| 3.2.3.4. | <i>Actio libera in causa</i> e consentimento do ofendido .. | 483 |
| 3.2.3.5. | Caso fortuito ou força maior | 484 |
| 3.2.3.6. | Embriaguez incompleta fortuita | 484 |
| 3.2.4. | Inexigibilidade de conduta diversa | 484 |
| 4. | Emoção e paixão | 486 |
| 4.1. | Emoção..... | 486 |
| 4.1.1. | Espécies de emoções | 487 |
| 4.2. | Paixão | 487 |
| | Resumo do capítulo..... | 487 |

CAPÍTULO XXIV – Erro de Tipo e Erro de Proibição..... 491

| | | |
|------|---|-----|
| 1. | Erro e ignorância | 491 |
| 2. | Erro de tipo | 491 |
| 2.1. | Elemento constitutivo do tipo | 493 |
| 2.2. | Permissão para punição por crime culposo | 493 |
| 2.3. | Erro escusável e inescusável | 494 |

| | |
|--|-----|
| 2.4. Erro essencial e acidental | 494 |
| 2.5. Erro quanto à peça | 495 |
| 2.6. Erro determinado por terceiro | 495 |
| 3. Erro de proibição | 495 |
| 3.1. Diferença entre desconhecimento da lei e erro quanto à ilicitude | 496 |
| 3.2. Erro de proibição escusável e inescusável | 496 |
| 3.2.1. Critérios para identificar o erro inescusável ou evitável | 497 |
| 3.3. Diferença entre crime putativo e erro de proibição | 497 |
| 3.4. Conceito de descriminantes putativas | 498 |
| 3.4.1. Divisão das descriminantes putativas | 498 |
| 3.4.2. Natureza jurídica das descriminantes putativas | 498 |
| Resumo do capítulo | 500 |
| Esquemas | 502 |
| CAPÍTULO XXV – Crime Consumado e Tentativa | 507 |
| 1. Crime consumado | 507 |
| 2. Tentativa | 507 |
| 2.1. Conceito de crime tentado | 507 |
| 2.1.1. Significado da expressão “salvo disposição em contrário” .. | 508 |
| 2.1.2. Tentativa qualificada | 508 |
| 2.2. Natureza jurídica da tentativa | 508 |
| 2.3. Teorias fundamentadoras da punição da tentativa | 509 |
| 2.4. Dolo e culpa na tentativa | 510 |
| 2.5. Conceito e divisão do <i>iter criminis</i> | 510 |
| 2.6. Os critérios para a verificação da passagem da preparação para a execução do crime | 511 |
| 2.7. Tentativa e dolo eventual | 514 |
| 2.8. Tentativa e crime de ímpeto | 517 |
| 2.9. Infrações que não admitem a tentativa | 518 |
| 2.10. Critério para a diminuição da pena na tentativa | 520 |
| 2.11. Distinção entre tentativa perfeita e imperfeita | 521 |
| 2.12. Diferença entre crime falho e tentativa falha | 521 |
| 3. Desistência voluntária | 521 |
| 3.1. Conceito e natureza jurídica | 521 |
| 3.2. Desistência momentânea | 523 |
| 3.3. A questão da execução retomada | 523 |
| 4. Arrependimento eficaz | 524 |
| 4.1. Conceito e natureza jurídica | 524 |
| 4.2. Distinção entre voluntariedade e espontaneidade | 525 |
| 4.3. Diferença entre desistência ou arrependimento e tentativa | 525 |
| 5. Arrependimento posterior | 525 |
| 5.1. Conceito e natureza jurídica | 525 |

| | | |
|--|---|-----|
| 5.2. | Requisitos para a aplicação | 525 |
| 5.2.1. | Violência culposa, presumida e imprópria | 526 |
| 5.2.2. | A indevida reparação | 527 |
| 5.2.3. | Necessidade de efeito patrimonial | 527 |
| 5.2.3.1. | A reparação do dano moral | 528 |
| 5.2.4. | Negativa da vítima em receber a indenização ou a coisa | 528 |
| 5.2.5. | Voluntariedade e espontaneidade | 529 |
| 5.2.6. | Crítérios para a diminuição | 529 |
| 5.2.7. | Análises das Súmulas 554 e 246 do STF | 530 |
| 5.2.8. | Incomunicabilidade da causa de diminuição da pena no concurso de pessoas | 530 |
| 6. | Crime impossível | 531 |
| 6.1. | Conceito e natureza jurídica | 531 |
| 6.2. | Fundamento da não punição do crime impossível | 531 |
| 6.3. | Diferença entre tentativa inidônea e erro de tipo | 532 |
| 6.4. | Diferença entre crime impossível e crime putativo | 532 |
| 6.5. | Requisitos essenciais para o reconhecimento do crime impossível... .. | 532 |
| 6.5.1. | Ineficácia absoluta do meio | 532 |
| 6.5.2. | Absoluta impropriedade do objeto | 532 |
| 6.5.3. | Momento de avaliação da idoneidade do meio ou do objeto... .. | 533 |
| 6.6. | Flagrante provocado ou preparado | 533 |
| 6.7. | Flagrante esperado | 534 |
| 6.8. | Questões polêmicas | 534 |
| 6.8.1. | Furto sob vigilância | 534 |
| 6.8.2. | Tiros em carro blindado | 535 |
| | Resumo do capítulo | 535 |
| | Esquemas | 538 |
| CAPÍTULO XXVI – Concurso de Pessoas | | 541 |
| 1. | Conceito e natureza jurídica | 541 |
| 2. | Teorias acerca da autoria no concurso de pessoas | 542 |
| 2.1. | Teoria do domínio do fato | 543 |
| 3. | A punição do partícipe | 545 |
| 4. | Concurso de agentes e crime plurissubjetivo | 545 |
| 5. | Requisitos para configurar o concurso de agentes | 546 |
| 6. | Inovações introduzidas pela Reforma Penal de 1984 | 546 |
| 6.1. | Inserção da expressão <i>na medida da sua culpabilidade no caput do art. 29</i> | 546 |
| 6.2. | Participação de menor importância | 547 |
| 6.3. | Participação em crime menos grave (cooperação dolosamente distinta) | 547 |
| 6.3.1. | A previsibilidade do resultado mais grave | 548 |

| | |
|--|------------|
| 7. Concurso entre maior e menor de 18 anos | 548 |
| 8. Coautoria e participação em crime culposo | 549 |
| 9. Autoria colateral | 550 |
| 9.1. Autoria incerta | 551 |
| 10. Coautoria e participação nos crimes omissivos | 551 |
| 10.1. Participação por omissão em crime comissivo | 552 |
| 10.2. Convivência | 552 |
| 11. Participação posterior à consumação | 552 |
| 11.1. Coautoria sucessiva | 554 |
| 12. Participação e cumplicidade | 555 |
| 12.1. Participação em cadeia | 555 |
| 13. Executor de reserva | 555 |
| 14. Participação em ação dolosa ou culposa alheia | 556 |
| 15. Circunstâncias comunicáveis | 557 |
| 15.1. Circunstâncias e condições de caráter objetivo | 557 |
| 15.2. Elementares do crime | 557 |
| 16. A polêmica relativa ao concurso de pessoas no infanticídio | 558 |
| 17. Casos de impunibilidade | 560 |
| Resumo do capítulo | 561 |
| CAPÍTULO XXVII – Teoria Geral da Pena | 563 |
| 1. Conceito de pena | 563 |
| 2. Fundamentos da pena | 565 |
| 2.1. Sistemas celulares de cumprimento da pena | 565 |
| 3. Teorias acerca do crime e da punição | 565 |
| 3.1. Abolicionismo penal | 565 |
| 3.2. Direito penal mínimo | 569 |
| 3.3. Direito penal máximo (tolerância zero) e teoria das janelas quebradas | 570 |
| 3.4. Garantismo penal | 573 |
| 4. Direito penal do inimigo | 574 |
| 4.1. Prós e contras do direito penal do inimigo | 576 |
| 5. Justiça retributiva versus justiça restaurativa | 577 |
| 6. Cominação das penas | 579 |
| 7. Princípios aplicáveis à pena | 580 |
| 8. Espécies de penas | 580 |
| Resumo do capítulo | 581 |
| CAPÍTULO XXVIII – Penas Privativas de Liberdade | 583 |
| 1. Modelos prisionais | 583 |
| 1.1. Diferenças entre as penas de reclusão, detenção e prisão simples | 583 |
| 2. Regime inicial, fundamentação e progressão no cumprimento da pena | 584 |

| | | |
|----------|--|-----|
| 2.1. | Utilização do art. 59 do Código Penal para a fixação do regime de cumprimento da pena..... | 585 |
| 2.2. | Imprescindibilidade do regime inicial fechado | 586 |
| 2.3. | Requisitos para a progressão de regime..... | 586 |
| 2.3.1. | Merecimento e exame criminológico..... | 587 |
| 2.4. | Execução das penas resultantes de crimes hediondos e comuns..... | 591 |
| 2.5. | Critérios para a regressão a regime mais rigoroso | 592 |
| 2.5.1. | Falta grave e precrição | 593 |
| 2.5.2. | Adaptação do regime e regressão..... | 593 |
| 2.5.3. | Sustação cautelar do regime semiaberto ou aberto | 594 |
| 2.5.4. | A questão da falta grave | 594 |
| 2.5.4.1. | Relação entre falta grave e crime | 595 |
| 2.5.4.2. | Falta grave e previsão legal | 595 |
| 2.6. | A (in)viabilidade da progressão por salto | 596 |
| 2.7. | Cumprimento das penas mais graves em primeiro lugar..... | 596 |
| 2.8. | Exigência da reparação do dano ou devolução do produto do ilícito para a progressão de regime | 597 |
| 2.9. | Inviabilidade de alteração do regime inicial fixado na condenação pelo juiz da execução..... | 598 |
| 2.10. | Permissão legal para o juiz da condenação fixar o regime inicial em função da detração..... | 599 |
| 3. | Regime fechado | 600 |
| 3.1. | Local de cumprimento da pena no regime fechado..... | 600 |
| 3.2. | Regime fechado e gravidade do crime | 601 |
| 3.3. | A aplicação do regime fechado à pena de detenção..... | 601 |
| 3.4. | Escolha do regime em caso de aplicação concomitante de reclusão e detenção | 601 |
| 3.5. | Pena fixada no mínimo e regime prisional mais severo | 602 |
| 3.6. | Regime disciplinar diferenciado | 603 |
| 3.6.1. | A constitucionalidade do regime disciplinar diferenciado.... | 605 |
| 3.7. | O trabalho externo do sentenciado..... | 606 |
| 3.8. | Permissão de saída..... | 607 |
| 4. | Regime semiaberto | 607 |
| 4.1. | Local de cumprimento da pena no regime semiaberto | 607 |
| 4.2. | Saídas temporárias e trabalho externo..... | 608 |
| 4.3. | Situação do índio | 609 |
| 4.4. | Falta de vagas no regime semiaberto..... | 609 |
| 4.4.1. | Regime inicial semiaberto e falta de vagas em colônia..... | 609 |
| 4.4.2. | Progressão para o semiaberto e falta de vagas na colônia.... | 610 |
| 4.5. | A questão do estrangeiro | 611 |
| 5. | Regime aberto | 611 |
| 5.1. | Local de cumprimento da pena no regime aberto | 611 |

| | | |
|--------|--|-----|
| 5.2. | A fixação do regime aberto na sentença condenatória | 612 |
| 5.3. | Regime aberto e crime militar | 613 |
| 5.4. | Condições para o regime aberto | 613 |
| 5.5. | Hipóteses de regressão do aberto a regime mais rigoroso | 613 |
| 6. | Direitos do preso | 614 |
| 6.1. | Direitos constitucionais e gerais | 614 |
| 6.2. | Direito à visita íntima | 615 |
| 6.3. | Direito de cumprir a pena no local do seu domicílio e inclusão em presídio federal | 615 |
| 6.4. | Direito do preso à execução provisória da pena | 616 |
| 6.4.1. | Execução provisória e prisão especial | 617 |
| 7. | Trabalho do preso | 618 |
| 7.1. | Distinção entre trabalho forçado e obrigatório | 618 |
| 7.2. | Trabalho do preso e remição | 619 |
| 7.2.1. | Perda dos dias remidos e falta grave | 619 |
| 7.2.2. | Inexistência de oportunidade de trabalho e preso provisório | 620 |
| 7.2.3. | Remição pelo estudo | 621 |
| 7.3. | Preso provisório e remição | 622 |
| 7.4. | Benefícios previdenciários | 622 |
| 8. | Superveniência de doença mental | 624 |
| 9. | Detração | 625 |
| 9.1. | Conceito | 625 |
| 9.2. | Cômputo da prisão provisória na medida de segurança | 625 |
| 9.3. | Ligação entre a prisão provisória e a pena concreta para aplicar a detração | 625 |
| 9.4. | Detração e pena de multa | 626 |
| 9.5. | Detração e determinação do regime inicial da pena | 626 |
| 9.6. | Detração e suspensão condicional da pena | 627 |
| 9.7. | Detração e medidas cautelares alternativas à prisão | 628 |
| | Resumo do capítulo | 628 |

CAPÍTULO XXIX – Penas Restritivas de Direitos

| | | |
|------|---|-----|
| 1. | Conceito e natureza jurídica das penas restritivas de direitos | 631 |
| 2. | Espécies de penas restritivas de direitos | 632 |
| 3. | Requisitos objetivos para a concessão das penas restritivas de direitos | 632 |
| 3.1. | Delação premiada | 634 |
| 3.2. | Crimes hediondos e equiparados | 634 |
| 3.3. | Violência doméstica ou familiar | 634 |
| 3.4. | Reincidência em crime doloso | 635 |
| 4. | Requisitos subjetivos à concessão das penas alternativas | 635 |
| 4.1. | Concessão da pena alternativa para estrangeiro | 636 |

| | | |
|--------|---|-----|
| 5. | Conversão durante o cumprimento da pena | 636 |
| 5.1. | Composição com o disposto no art. 60, § 2.º, do Código Penal | 636 |
| 6. | Reconversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade | 638 |
| 6.1. | Saldo da pena privativa de liberdade após a reconversão | 639 |
| 6.2. | Reconversão facultativa por condenação a pena privativa de liberdade | 640 |
| 6.3. | Reconversão fundada em lei e não em desejo do condenado | 640 |
| 7. | Particularidades quanto ao cumprimento das penas restritivas de direitos | 640 |
| 7.1. | Prestação pecuniária | 640 |
| 7.1.1. | Hipótese de despenalização | 641 |
| 7.1.2. | Prestação de outra natureza | 641 |
| 7.1.3. | Competência para aplicação da prestação de outra natureza | 642 |
| 7.2. | Perda de bens e valores | 643 |
| 7.3. | Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas | 643 |
| 7.4. | Interdição temporária de direitos | 645 |
| 7.4.1. | Proibição do exercício de cargo, função ou atividade pública, bem como de mandato eletivo, profissão, atividade ou ofício dependentes de autorização ou regulamentação do poder público, embora na esfera privada | 645 |
| 7.4.2. | Proibição de dirigir | 646 |
| 7.4.3. | Proibição de frequentar lugares | 646 |
| 7.4.4. | Proibição de se inscrever em certames públicos | 647 |
| 7.5. | Limitação de fim de semana | 647 |
| | Resumo do capítulo | 647 |
| | CAPÍTULO XXX – Pena Pecuniária | 649 |
| 1. | Conceito e destinação da multa | 649 |
| 2. | Critério para a individualização da pena de multa | 650 |
| 2.1. | Exceções ao critério do dia-multa | 651 |
| 3. | Inviabilidade de suportar o pagamento da pena de multa ou das custas | 651 |
| 4. | Constitucionalidade da fixação do valor do dia-multa em salário mínimo | 652 |
| 5. | Constitucionalidade da atualização monetária da multa | 652 |
| 5.1. | Termo inicial de incidência da correção monetária | 653 |
| 6. | Multa como dívida de valor | 653 |
| 6.1. | A competência judiciária para a execução da pena pecuniária | 653 |
| 6.2. | A extinção da punibilidade da pena de multa enviando-se certidão de dívida ativa para a esfera cível | 654 |
| 6.3. | Multa irrisória | 655 |
| 6.4. | Condenado preso e cobrança da multa | 655 |
| 6.5. | <i>Habeas corpus</i> e pena de multa | 655 |
| 6.6. | Causas interruptivas e suspensivas da prescrição | 655 |
| | Resumo do capítulo | 656 |

| | |
|---|-----|
| CAPÍTULO XXXI – Cominação de Penas | 657 |
| 1. Conceito de cominação de penas..... | 657 |
| 2. Penas privativas de liberdade..... | 657 |
| 3. Penas restritivas de direitos..... | 658 |
| 4. Multa..... | 659 |
| Resumo do capítulo..... | 659 |
| CAPÍTULO XXXII – Aplicação da Pena | 661 |
| 1. Conceito | 661 |
| 2. Circunstâncias judiciais..... | 663 |
| 2.1. Momentos de ocorrência e de avaliação | 664 |
| 3. A política da pena mínima | 664 |
| 3.1. Fixação acima do mínimo legal | 666 |
| 4. Possibilidade de aplicação da pena máxima | 666 |
| 4.1. Viabilidade de o Tribunal reavaliar as circunstâncias judiciais | 668 |
| 5. Culpabilidade..... | 668 |
| 5.1. Dolo intenso e culpa grave | 670 |
| 6. Antecedentes..... | 670 |
| 6.1. Maus antecedentes | 671 |
| 6.2. Caducidade dos maus antecedentes | 671 |
| 6.3. Maus antecedentes e reincidência | 672 |
| 6.4. Prova dos antecedentes | 672 |
| 7. Conduta social | 672 |
| 8. Personalidade | 674 |
| 8.1. Agressividade e personalidade antissocial | 676 |
| 8.2. Perversidade | 677 |
| 8.3. Personalidade voltada ao crime | 677 |
| 8.4. Momento de avaliação da personalidade | 678 |
| 8.5. Possibilidade de avaliação da personalidade pelo julgador e críticas levantadas | 678 |
| 9. Motivos do crime | 682 |
| 9.1. Motivo do crime e premeditação | 683 |
| 10. Circunstâncias do crime | 684 |
| 10.1. Espécie de arma e homicídio | 684 |
| 10.2. Gravidade do delito servindo para aumentar a pena-base | 684 |
| 11. Consequências do crime | 684 |
| 11.1. Consequências e crime continuado | 685 |
| 12. Comportamento da vítima | 685 |
| 13. Pena-base | 687 |
| 13.1. Critérios para a fixação da pena-base | 687 |
| 14. Cautela para a não incidência no <i>bis in idem</i> | 691 |

| | |
|--|-----|
| 15. Limites mínimo e máximo previstos no preceito secundário do tipo penal incriminador | 691 |
| 16. Fixação do regime inicial de cumprimento da pena..... | 692 |
| 16.1. Fixação do regime sem fundamentação..... | 692 |
| 16.2. Substituição da pena privativa de liberdade | 693 |
| 16.3. Fixação da pena no mínimo legal prescinde de motivação..... | 693 |
| 17. Critérios especiais da pena de multa..... | 693 |
| 17.1. Aumento (e diminuição) da pena de multa..... | 693 |
| 18. Agravantes e atenuantes..... | 694 |
| 18.1. Conceito | 694 |
| 18.2. <i>Quantum</i> das agravantes e atenuantes..... | 694 |
| 19. Diferença entre elementares e circunstâncias..... | 694 |
| 20. Necessidade de evitar o <i>bis in idem</i> | 695 |
| 21. Rol taxativo para agravantes e exemplificativo para atenuantes | 695 |
| 22. Divisão do rol das agravantes..... | 695 |
| 23. Reincidência..... | 696 |
| 23.1. Conceito | 696 |
| 23.2. Reincidência e o princípio constitucional da vedação da dupla punição pelo mesmo fato (<i>ne bis in idem</i>)..... | 697 |
| 23.3. Espécies de reincidência..... | 698 |
| 23.4. Primariedade e reincidência | 699 |
| 23.5. Cometimento de crime no dia em que transita em julgado a sentença condenatória por crime anterior | 699 |
| 23.6. Prova da reincidência..... | 699 |
| 23.7. Reincidência e pena de multa | 699 |
| 23.8. Efeitos da reincidência..... | 700 |
| 23.9. Caducidade da condenação anterior | 701 |
| 23.10. Inclusão dos prazos do <i>sursis</i> e do livramento condicional..... | 701 |
| 23.11. Crimes militares próprios e impróprios | 701 |
| 23.12. Crimes políticos..... | 702 |
| 24. As demais agravantes previstas no inciso II do art. 61 do Código Penal.... | 703 |
| 24.1. Motivo fútil | 703 |
| 24.1.1. Motivo fútil e ausência de motivo | 703 |
| 24.1.2. Motivo fútil e motivo injusto | 704 |
| 24.1.3. A questão do ciúme..... | 704 |
| 24.1.4. Embriaguez e futilidade..... | 704 |
| 24.2. Motivo torpe e a particularidade da vingança..... | 704 |
| 24.3. Motivação torpe específica..... | 706 |
| 24.4. Traição, emboscada, dissimulação ou outro recurso que dificulte ou impossibilite a defesa da vítima..... | 706 |
| 24.5. Emprego de veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que podia resultar perigo comum..... | 707 |

| | |
|---|-----|
| 24.6. Relações familiares | 708 |
| 24.7. Abuso de autoridade e relações do lar | 709 |
| 24.8. Abuso de poder e violações de dever | 709 |
| 24.9. Covardia | 711 |
| 24.10. Proteção da autoridade | 714 |
| 24.11. Situação de desgraça particular ou calamidade pública | 714 |
| 24.12. Embriaguez preordenada | 714 |
| 24.13. Agravantes previstas em legislação especial | 715 |
| 24.14. Agravantes no caso de crime cometido por mais de uma pessoa | 715 |
| 25. Atenuantes | 717 |
| 25.1. Fixação da pena abaixo do mínimo legal | 717 |
| 25.2. Menoridade relativa | 717 |
| 25.3. Desconhecimento da lei | 719 |
| 25.4. Relevante valor social ou moral | 720 |
| 25.5. Arrependimento | 720 |
| 25.6. Coação resistível, obediência indevida e influência de emoção | 721 |
| 25.7. Confissão espontânea | 722 |
| 25.8. Influência de multidão, em meio a tumulto | 724 |
| 25.9. Atenuante inominada | 724 |
| 25.10. Atenuantes em leis especiais | 725 |
| 26. Compensação das agravantes e atenuantes | 725 |
| 26.1. Reincidência <i>versus</i> confissão espontânea | 727 |
| 26.2. Multirreincidência <i>versus</i> confissão espontânea | 728 |
| 27. Cálculo da pena | 728 |
| 27.1. Sistemas para a fixação da pena | 728 |
| 27.2. Cuidado especial para evitar a dupla agravação pelo mesmo motivo ... | 729 |
| 27.3. Conceito de causas de aumento e diminuição | 730 |
| 27.4. Conceito de qualificadoras e privilégios | 730 |
| 27.5. Existência de duas ou mais qualificadoras | 730 |
| 27.6. Compensação entre circunstâncias judiciais e legais | 731 |
| 27.7. Concurso entre causas de aumento e de diminuição | 731 |
| 27.8. Critério para aplicação dos aumentos e das diminuições | 732 |
| Resumo do capítulo | 733 |
| Esquemas | 736 |
| CAPÍTULO XXXIII – Concurso de Crimes | 745 |
| 1. Conceito e critério de análise | 745 |
| 2. Sistemas cabíveis ao concurso de crimes | 745 |
| 2.1. Sistema da acumulação material | 745 |
| 2.2. Sistema da acumulação jurídica | 746 |
| 2.3. Sistema da absorção | 746 |
| 2.4. Sistema da exasperação da pena | 746 |

| | | |
|-----------|--|-----|
| 3. | Concurso material..... | 746 |
| 3.1. | Critérios para a aplicação da pena | 747 |
| 3.2. | Aplicação cumulativa de reclusão e detenção | 747 |
| 3.3. | Concurso material moderado..... | 748 |
| 3.4. | Possibilidade de cumulação de pena privativa de liberdade com restritiva de direitos | 748 |
| 3.5. | Cumprimento simultâneo ou sucessivo de penas restritivas de direitos ... | 748 |
| 4. | Concurso formal..... | 748 |
| 4.1. | Concurso formal entre tipos omissivos..... | 748 |
| 4.2. | Concurso formal entre roubo e corrupção de menor | 749 |
| 4.3. | Grau de aumento da pena | 749 |
| 4.4. | Concorrência de concursos..... | 749 |
| 4.5. | Concurso formal perfeito e imperfeito..... | 750 |
| 4.6. | A dúvida e o concurso formal perfeito..... | 751 |
| 4.7. | Concurso material favorável ou benefício | 751 |
| 5. | Crime continuado | 752 |
| 5.1. | Conceito e aspectos históricos..... | 752 |
| 5.2. | Natureza jurídica | 753 |
| 5.3. | Requisitos para o reconhecimento do crime continuado..... | 754 |
| 5.3.1. | Crimes da mesma espécie | 754 |
| 5.3.1.1. | Roubo e latrocínio..... | 755 |
| 5.3.1.2. | Estupro e estupro de vulnerável | 756 |
| 5.3.2. | Condições de tempo | 756 |
| 5.3.3. | Condições de espaço..... | 756 |
| 5.3.4. | Formas de execução | 757 |
| 5.3.5. | Outras circunstâncias semelhantes | 757 |
| 5.3.6. | Delinquência habitual ou profissional..... | 758 |
| 5.3.7. | Crime habitual continuado..... | 758 |
| 5.3.8. | Critério de dosagem do aumento..... | 759 |
| 5.3.9. | A unidade de desígnio no crime continuado | 759 |
| 5.3.10. | Crime continuado e delito culposos..... | 761 |
| 5.3.11. | Crime continuado e inimputabilidade | 762 |
| 5.3.12. | Crimes praticados contra vítimas diferentes, bens pessoais e cálculo específico..... | 762 |
| 5.3.13. | Ações concomitantes, contemporâneas ou simultâneas | 762 |
| 5.3.13.1. | Envenenamento e crime continuado..... | 763 |
| 5.3.14. | Espécies de crime continuado | 763 |
| 5.3.15. | Diferença entre crime continuado e delito habitual | 763 |
| 5.3.16. | Diferença entre concurso de crimes e reincidência | 764 |
| 5.3.17. | Crime continuado e suspensão condicional do processo | 764 |
| 5.3.18. | Referências ao art. 70, parágrafo único, e ao art. 75 | 765 |

| | |
|--|------------|
| 6. Multa no concurso de crimes..... | 766 |
| Resumo do capítulo..... | 766 |
| Esquemas..... | 768 |
| CAPÍTULO XXXIV – Erro na Execução e Resultado Diverso do Pretendido | 773 |
| 1. Conceito de erro na execução (<i>aberratio ictus</i>)..... | 773 |
| 2. Espécies de <i>aberratio ictus</i> (art. 73, CP)..... | 774 |
| 3. Situações possíveis no caso de erro na execução..... | 774 |
| 4. Responsabilidade penal objetiva nas aberratios..... | 775 |
| 5. Conceito de resultado diverso do pretendido (<i>aberratio criminis ou aberratio delicti</i>)..... | 775 |
| 6. Situações possíveis no caso de resultado diverso do pretendido | 776 |
| Resumo do capítulo..... | 777 |
| CAPÍTULO XXXV – Limite de Penas e Unificação | 779 |
| 1. Fundamento para o limite das penas..... | 779 |
| 2. Unificação de penas..... | 782 |
| 2.1. Unificação das penas em 40 anos..... | 782 |
| 2.2. Unificação das penas e fuga do condenado..... | 783 |
| 2.3. Modo de unificação..... | 784 |
| 3. Cumprimento da pena mais grave em primeiro lugar..... | 784 |
| Resumo do capítulo..... | 785 |
| CAPÍTULO XXXVI – Suspensão Condicional da Pena | 787 |
| 1. Conceito e aspectos históricos..... | 787 |
| 2. Espécies de <i>sursis</i> | 788 |
| 3. Faculdade do juiz ou direito subjetivo do réu..... | 789 |
| 3.1. Violência doméstica..... | 789 |
| 3.2. <i>Sursis</i> e concurso de crimes..... | 789 |
| 3.3. <i>Sursis</i> e indulto..... | 789 |
| 3.4. Processos em andamento..... | 790 |
| 4. Requisitos da suspensão condicional da pena..... | 790 |
| 4.1. Requisito objetivo..... | 790 |
| 4.2. Requisitos subjetivos..... | 790 |
| 4.2.1. <i>Sursis</i> e crime hediondo..... | 790 |
| 4.3. Requisito objetivo-subjetivo..... | 791 |
| 5. Reincidência, multa e <i>sursis</i> | 791 |
| 6. Circunstâncias especiais não impeditivas à concessão do <i>sursis</i> | 792 |
| 7. Circunstâncias especiais impeditivas à concessão do <i>sursis</i> | 792 |
| 8. <i>Sursis</i> etário e humanitário..... | 792 |
| 9. Estrangeiros de passagem pelo País e a possibilidade de concessão do <i>sursis</i> ... | 792 |
| 10. Regime penitenciário e <i>sursis</i> | 793 |

| | |
|--|-----|
| 11. Facultatividade do <i>sursis</i> para o sentenciado | 794 |
| 12. <i>Sursis</i> e suspensão dos direitos políticos | 794 |
| 13. Período de prova e escolha das condições | 795 |
| 13.1. Constitucionalidade das penas restritivas de direitos impostas como condições do <i>sursis</i> | 795 |
| 13.2. Inviabilidade da condição de prestação de serviços à comunidade | 795 |
| 13.3. <i>Sursis incondicionado</i> | 796 |
| 13.4. Duração do cumprimento das condições | 796 |
| 13.5. Requisitos abertos pela própria lei | 796 |
| 14. <i>Sursis</i> e habeas corpus | 797 |
| 15. <i>Sursis</i> e penas alternativas ou multa | 797 |
| 16. Causas de revogação do <i>sursis</i> | 797 |
| 16.1. Condenação definitiva por crime doloso | 797 |
| 16.2. Não pagamento da multa ou falta de reparação do dano | 797 |
| 16.3. Descumprimento das condições do <i>sursis</i> simples..... | 798 |
| 16.3.1. Concessão sem efeito | 798 |
| 16.4. Descumprimento das condições do <i>sursis</i> especial | 798 |
| 16.5. Condenação definitiva por crime culposo ou contravenção penal ... | 798 |
| 16.6. Prévia audiência do sentenciado | 798 |
| 17. Prorrogação do período de prova | 798 |
| 18. Cumprimento de <i>sursis</i> simultâneo | 799 |
| 19. Prorrogação máxima do período de prova | 799 |
| 20. Consequências da revogação | 799 |
| 21. Finalização da suspensão condicional da pena | 800 |
| Resumo do capítulo | 800 |
| CAPÍTULO XXXVII – Livramento Condicional | 803 |
| 1. Conceito de livramento condicional, natureza jurídica e aspectos históricos ... | 803 |
| 2. Requisitos do livramento condicional e prazo de duração | 804 |
| 3. Livramento condicional e habeas corpus | 808 |
| 4. O egresso e o livramento condicional para estrangeiro | 808 |
| 5. Livramento condicional cautelar | 808 |
| 6. Soma das penas para efeito de livramento condicional | 809 |
| 7. Condições obrigatórias para o livramento condicional | 809 |
| 7.1. Condições facultativas para o livramento condicional | 809 |
| 8. Revogação do livramento condicional | 809 |
| 9. Efeitos da revogação | 810 |
| 10. Prorrogação e extinção do livramento condicional | 810 |
| 11. Natureza da decisão que considera extinta a pena | 811 |
| 12. Livramento condicional para estrangeiro | 811 |
| 13. Suspensão cautelar do livramento condicional | 812 |

| | |
|---|------------|
| 14. Prévia oportunidade de defesa | 812 |
| Resumo do capítulo | 812 |
| CAPÍTULO XXXVIII – Efeitos da Condenação | 815 |
| 1. Conceito e natureza jurídica dos efeitos da condenação..... | 815 |
| 2. Efeito genérico de tornar certa a obrigação de reparar o dano | 817 |
| 3. Efeito genérico da perda em favor do Estado dos instrumentos do crime, desde que bens e valores de origem ilícita..... | 817 |
| 4. Produto e proveito do crime | 818 |
| 4.1. Efeito da contravenção penal..... | 818 |
| 4.2. Medidas para alcançar o produto e o proveito do crime | 819 |
| 4.3. Efeitos específicos, porém obrigatórios..... | 819 |
| 4.4. Confisco de bens lícitos como forma de compensação..... | 819 |
| 4.5. Apuração de enriquecimento ilícito | 820 |
| 5. Efeito específico da perda de cargo, função pública ou mandato eletivo.... | 821 |
| 5.1. Imposição de penas alternativas à prisão | 822 |
| 5.2. Perda de emprego público e aposentadoria | 822 |
| 6. Efeito específico da incapacidade para o poder familiar, tutela ou curatela... | 822 |
| 6.1. Alcance da incapacidade para o exercício do poder familiar, tutela ou curatela..... | 823 |
| 7. Efeito específico da inabilitação para dirigir veículo..... | 824 |
| Resumo do capítulo | 825 |
| CAPÍTULO XXXIX – Reabilitação..... | 827 |
| 1. Conceito..... | 827 |
| 2. Crítica ao instituto..... | 827 |
| 3. Competência e procedimento..... | 829 |
| Resumo do capítulo | 830 |
| CAPÍTULO XL – Medidas de Segurança | 833 |
| 1. Conceito e natureza jurídica | 833 |
| 2. Sistemas de aplicação da pena e da medida de segurança | 834 |
| 3. Concorrência com a Lei 10.216/2001 (Lei de proteção das pessoas portadoras de transtornos mentais) | 834 |
| 4. Pressupostos para a aplicação da medida de segurança | 835 |
| 5. Internação em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico | 837 |
| 6. Internação por prazo indeterminado | 837 |
| 7. Culpabilidade e periculosidade | 838 |
| 8. Conversão da pena em medida de segurança no curso da execução | 839 |
| 8.1. Reconversão da medida de segurança em pena..... | 840 |
| 9. Detração e medida de segurança..... | 841 |
| 10. Fixação do prazo de duração mínima da medida de segurança | 841 |

| | |
|---|-----|
| 11. Exame de cessação da periculosidade | 841 |
| 11.1. Procedimento para a realização do exame | 842 |
| 11.2. Assistência de médico particular | 842 |
| 11.3. Imposição de condições | 842 |
| 11.4. Desinternação e liberação | 842 |
| 12. Conversões da internação em tratamento ambulatorial e deste em internação | 843 |
| 13. Conversão da pena aplicada ao semi-imputável | 844 |
| 14. Medida de segurança aplicada em 2. ^a instância | 844 |
| 15. Direito do internado | 845 |
| Resumo do capítulo | 845 |
| CAPÍTULO XLI – Ação Penal | 847 |
| 1. Conceito de ação penal | 847 |
| 2. Princípios que regem a ação penal pública incondicionada | 848 |
| 3. Fixação da iniciativa da ação penal | 848 |
| 3.1. Concurso de crimes e ação penal | 849 |
| 4. Ação penal pública condicionada | 849 |
| 5. Ação penal privada | 849 |
| 5.1. Ação privada subsidiária da pública | 850 |
| 6. Ação penal no crime complexo | 850 |
| 7. Irretratabilidade da representação | 851 |
| 8. Decadência | 851 |
| 9. Renúncia ao direito de queixa | 851 |
| 10. Perdão do ofendido | 851 |
| Resumo do capítulo | 852 |
| CAPÍTULO XLII – Extinção da Punibilidade | 853 |
| 1. Conceito de extinção da punibilidade | 853 |
| 2. Condições objetivas de punibilidade | 853 |
| 3. Condições negativas de punibilidade (escusas absolutórias) | 854 |
| 3.1. Diferenças entre as condições objetivas de punibilidade e as condições negativas de punibilidade | 854 |
| 3.2. Condições de procedibilidade | 854 |
| 4. Causas gerais e específicas..... | 855 |
| 5. Comunicabilidade das causas extintivas da punibilidade | 855 |
| 6. Momentos de ocorrência | 855 |
| 7. Rol exemplificativo | 855 |
| 7.1. Causas de extinção da punibilidade implícitas | 856 |
| 8. Morte do agente | 856 |
| 8.1. Morte do agente e interesse recursal | 856 |
| 8.2. Morte presumida | 857 |

| | |
|--|-----|
| 8.3. Certidão de óbito falsa | 858 |
| 9. Anistia | 858 |
| 10. Graça ou indulto individual..... | 859 |
| 11. Indulto coletivo | 860 |
| 11.1. Indulto condicional | 861 |
| 11.2. Indulto facultativo | 861 |
| 11.3. Indulto coletivo e crimes hediondos e assemelhados..... | 861 |
| 11.3.1. Indulto humanitário | 862 |
| 11.4. Indulto da pena de multa e limite mínimo para inscrição de débito na dívida ativa | 863 |
| 11.5. Necessidade de apreciação pelo juiz da execução criminal..... | 864 |
| 11.6. Indulto inconstitucional | 864 |
| 11.7. Comutação (indulto parcial) e crime hediondo ou equiparado | 865 |
| 11.8. Indulto (parcial ou total) e cometimento de falta grave | 865 |
| 12. <i>Abolitio criminis</i> | 865 |
| 13. Decadência | 865 |
| 14. Perempção | 866 |
| 15. Renúncia e perdão | 867 |
| 16. Retratação..... | 867 |
| 17. Perdão judicial | 868 |
| 17.1. Natureza jurídica do perdão e da sentença que o concede..... | 868 |
| 17.2. Prescrição e perdão judicial..... | 869 |
| 17.3. Situações que ensejam o perdão judicial | 870 |
| 17.4. Independência da causa extintiva da punibilidade | 870 |
| 18. Prescrição | 870 |
| 18.1. Conceito e fundamentos | 870 |
| 18.2. Prazos de prescrição da pretensão punitiva e executória..... | 871 |
| 18.3. Espécies de prescrição e seus efeitos | 871 |
| 18.3.1. Matéria de ordem pública com reconhecimento de ofício pelo magistrado | 872 |
| 18.4. Prescrição da medida de segurança | 872 |
| 18.5. Prescrição e detração | 873 |
| 18.6. Imprescritibilidade..... | 874 |
| 18.7. Prescritibilidade no caso de suspensão do processo por citação ficta | 874 |
| 18.8. Natureza dos prazos de prescrição da pretensão punitiva | 874 |
| 18.9. Prescrição antecipada ou virtual | 875 |
| 18.10. Prazos prescricionais das penas restritivas de direitos..... | 875 |
| 18.11. Sentença e acórdão condenatório | 875 |
| 18.12. Prazos da prescrição da pretensão executória e aumento por conta da reincidência | 876 |
| 18.13. <i>Bis in idem</i> | 876 |

| | |
|---|-----|
| 18.14. Prescrição intercorrente, subsequente ou superveniente..... | 876 |
| 18.15. Efeito da interposição de recursos especial e extraordinário | 877 |
| 18.16. Prescrição retroativa | 877 |
| 18.17. Termo inicial da prescrição da pretensão punitiva..... | 878 |
| 18.17.1. Crimes falimentares | 878 |
| 18.17.2. Início da prescrição nos crimes contra a honra e diferença com decadência | 879 |
| 18.17.3. Início de prescrição na tentativa | 879 |
| 18.17.4. Regra especial para os delitos permanentes..... | 879 |
| 18.17.5. Prescrição dos crimes habituais..... | 879 |
| 18.17.6. Estelionato contra a Previdência | 879 |
| 18.17.7. Regra específica para bigamia e falsificação ou alteração de assentamento do registro civil | 880 |
| 18.17.8. Maior proteção a crianças e adolescentes..... | 880 |
| 18.18. Termo inicial da prescrição da pretensão executória | 881 |
| 18.18.1. <i>Sursis</i> sem efeito..... | 881 |
| 18.18.2. Interrupção da execução | 881 |
| 18.19. Prescrição da multa..... | 882 |
| 18.20. Menoridade relativa e senilidade | 882 |
| 18.21. Causas impeditivas ou suspensivas da prescrição da pretensão pu- nitiva | 883 |
| 18.22. Causas interruptivas da prescrição da pretensão punitiva | 884 |
| 18.23. Causas interruptivas da prescrição da pretensão executória..... | 886 |
| 18.24. Comunicabilidade das causas interruptivas | 887 |
| 18.25. Prescrição das penas mais brandas | 887 |
| 18.26. Concurso de crimes e prescrição | 887 |
| Resumo do capítulo | 888 |
| Esquemas | 891 |
| Referências Bibliográficas | 897 |
| Obras do Autor | 933 |

Guilherme de Souza Nucci

Curso de Direito Penal

vol. 2

Parte Especial
Arts. 121 a 212 do Código Penal

4.^a edição

revista, atualizada
e reformulada



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 29.01.2020
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2020 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Aurélio Corrêa
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

Nucci, Guilherme de Souza

Curso de direito penal: parte especial: arts. 121 a 212 do código penal / Guilherme de Souza Nucci.
- 4. ed. - Rio de Janeiro: Forense, 2020.

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-309-8807-4

1. Direito penal - Brasil. I. Título.

19-60072

CDU: 343(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439

Sumário

PARTE 1

CRIMES CONTRA A PESSOA

| | |
|--|----------|
| Capítulo I – Crimes contra a Vida..... | 3 |
| 1. Direito à vida e fundamento constitucional..... | 3 |
| 2. Homicídio..... | 4 |
| 2.1 Estrutura do tipo penal incriminador | 4 |
| 2.2 Conceito de homicídio e aspectos históricos | 6 |
| 2.3 Estados entre a vida e a morte | 8 |
| 2.3.1 A morte demonstrada para fins de doação de órgãos | 9 |
| 2.4 Conceito de genocídio | 10 |
| 2.5 Diferença entre homicídio e assassinato | 11 |
| 2.6 Sujeitos ativo e passivo | 11 |
| 2.6.1 Vida extrauterina | 12 |
| 2.7 Elemento subjetivo | 14 |
| 2.7.1 Dolo eventual e qualificadoras subjetivas | 14 |
| 2.8 Objeto material e objeto jurídico | 14 |
| 2.9 Classificação | 15 |

| | | |
|----------|---|----|
| 2.10 | Meios de matar | 15 |
| 2.11 | Homicídio simples hediondo | 15 |
| 2.12 | Homicídio <i>privilegiado</i> (art. 121, § 1.º) | 17 |
| 2.12.1 | Relevante valor social ou moral | 17 |
| 2.12.2 | Diferença entre a causa de diminuição da pena e a atenuante | 18 |
| 2.12.3 | Ciúme como fundamento para a causa de diminuição..... | 19 |
| 2.12.4 | Eutanásia e homicídio privilegiado | 19 |
| 2.12.4.1 | Mistanásia | 22 |
| 2.12.4.2 | Realidade <i>versus</i> direito: a ortotanásia | 23 |
| 2.13 | Domínio de violenta emoção | 23 |
| 2.13.1 | Fundamento da atenuação do homicídio no caso de violenta emoção | 25 |
| 2.13.2 | Domínio de violenta emoção e dolo eventual | 25 |
| 2.13.3 | Análise contextual da injusta provocação da vítima..... | 25 |
| 2.13.4 | Premeditação e violenta emoção | 26 |
| 2.14 | Concomitância de causas de diminuição | 26 |
| 2.15 | Obrigação ou faculdade do juiz | 26 |
| 2.16 | Homicídio privilegiado hediondo | 27 |
| 2.17 | Critério para redução da pena | 27 |
| 2.18 | (In)comunicabilidade das motivações previstas no § 1.º do art. 121 | 28 |
| 2.19 | Homicídio qualificado (art. 121, § 2.º) | 29 |
| 2.20 | Homicídio privilegiado-qualificado | 29 |
| 2.21 | Homicídio privilegiado-qualificado hediondo | 29 |
| 2.22 | Qualificadoras | 30 |
| 2.22.1 | Paga ou promessa de recompensa | 30 |
| 2.22.2 | Motivo torpe | 30 |
| 2.22.3 | Torpeza e vingança | 31 |
| 2.23 | Motivo fútil | 32 |
| 2.23.1 | Ausência de motivo | 32 |
| 2.23.2 | Ciúme, futilidade e torpeza | 33 |
| 2.23.3 | Embriaguez e futilidade | 34 |
| 2.24 | Insídia, crueldade e perigo comum | 34 |
| 2.24.1 | Facetas peculiares do veneno | 35 |
| 2.24.2 | Fogo e duplicidade de gênero | 36 |
| 2.24.3 | Espécies de asfixia | 37 |
| 2.24.4 | Tortura como meio e como objetivo | 37 |
| 2.24.5 | Dificuldade ou impossibilidade de defesa | 38 |

| | | |
|--------|--|----|
| 2.24.6 | Traição, emboscada e dissimulação | 39 |
| 2.24.7 | Existência anterior de ameaça de morte..... | 39 |
| 2.25 | Torpeza específica | 40 |
| 2.25.1 | Relação com o crime putativo e o delito impossível..... | 40 |
| 2.25.2 | Hipóteses de conexão consequencial, teleológica e ocasional..... | 40 |
| 2.26 | Feminicídio | 41 |
| 2.26.1 | Condição de sexo feminino | 43 |
| 2.26.2 | Violência doméstica e familiar | 45 |
| 2.26.3 | Formas de violência doméstica e familiar contra a mulher.. | 46 |
| 2.27 | Crime contra agente estatal | 46 |
| 2.28 | Qualificadoras objetivas e elemento subjetivo | 48 |
| 2.29 | AIDS e homicídio | 49 |
| 2.30 | Homicídio culposo (art. 121, § 3.º)..... | 50 |
| 2.30.1 | Homicídio culposo no trânsito..... | 53 |
| 2.30.2 | Inobservância de regra técnica de profissão, arte ou ofício . | 53 |
| 2.30.3 | Omissão de socorro | 56 |
| 2.30.4 | Socorro prestado por terceiros | 57 |
| 2.30.5 | A questão relativa à morte instantânea da vítima..... | 57 |
| 2.30.6 | Causa de aumento, e não crime qualificado pelo resultado.... | 58 |
| 2.30.7 | Não procurar diminuir as consequências do seu ato | 58 |
| 2.30.8 | Fuga da prisão em flagrante | 59 |
| 2.31 | Vítima menor de 14 anos | 59 |
| 2.32 | Vítima maior de 60 anos..... | 60 |
| 2.33 | Perdão judicial | 60 |
| 2.33.1 | Faculdade ou obrigação do juiz..... | 61 |
| 2.33.2 | Consequências do crime atingem o próprio agente | 61 |
| 2.33.3 | Pessoas que podem ser atingidas, além do agente | 61 |
| 2.33.4 | Gravidade das consequências | 62 |
| 2.34 | Milícia privada e grupo de extermínio | 62 |
| 2.34.1 | Número mínimo de integrantes | 63 |
| 2.34.2 | Montante de elevação da pena | 63 |
| 2.34.3 | Finalidade específica..... | 63 |
| 2.35 | Causa de aumento da pena no feminicídio..... | 64 |
| 2.35.1 | Gestação e pós-parto | 64 |
| 2.36 | Menor de 14, maior de 60 e deficiente | 64 |
| 2.37 | Presença física ou virtual de descendente ou ascendente da vítima... | 65 |

| | | |
|-------|---|----|
| 2.38 | Em descumprimento das medidas protetivas de urgência previstas nos incisos I, II e III do <i>caput</i> do art. 22 da Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006 | 65 |
| | <i>Jurisprudência selecionada</i> | 65 |
| 2.39 | Quadro-resumo | 67 |
| 3. | Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio | 68 |
| 3.1 | Conceito de suicídio | 68 |
| 3.1.1 | Suicídio com arma branca | 70 |
| 3.1.2 | Automutilação e “baleia azul” | 70 |
| 3.2 | Estrutura do tipo penal incriminador | 71 |
| 3.3 | Sujeitos ativo e passivo | 72 |
| 3.4 | Elemento subjetivo | 72 |
| 3.5 | Objetos material e jurídico | 73 |
| 3.6 | Classificação do crime | 73 |
| 3.7 | Auxílio por omissão | 74 |
| 3.8 | Pacto de morte | 74 |
| 3.8.1 | Os fatores de inconstitucionalidade de determinada forma de induzimento ou instigação ao suicídio..... | 75 |
| 3.9 | Motivo egoístico | 76 |
| 3.9.1 | Motivo torpe | 76 |
| 3.9.2 | Motivo fútil | 77 |
| 3.10 | Vítima menor ou com resistência diminuída | 77 |
| 3.11 | Greve de fome e concepções religiosas | 77 |
| | <i>Jurisprudência selecionada</i> | 78 |
| 3.12 | Quadro-resumo | 79 |
| 4. | Infanticídio | 80 |
| 4.1 | Conceito e aspectos históricos | 80 |
| 4.2 | Distinção entre infanticídio e aborto | 82 |
| 4.3 | Estrutura do tipo penal incriminador | 82 |
| 4.4 | Sujeitos ativo e passivo | 83 |
| 4.5 | Elemento subjetivo | 83 |
| 4.6 | Objetos material e jurídico | 83 |
| 4.7 | Classificação do crime..... | 83 |
| 4.8 | Estado puerperal | 83 |
| 4.9 | Circunstância de tempo | 86 |
| 4.10 | Concurso de pessoas | 87 |
| | <i>Jurisprudência selecionada</i> | 90 |
| 4.11 | Quadro-resumo | 90 |

| | |
|--|-----|
| 5. Aborto | 91 |
| 5.1 Aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento..... | 91 |
| 5.1.1 Aspectos históricos do aborto | 91 |
| 5.1.2 Conceito e formas | 92 |
| 5.1.2.1 Prós e contras à legalização do aborto | 94 |
| 5.1.3 Estrutura do tipo penal incriminador | 94 |
| 5.1.3.1 Prova da existência do crime e sigilo médico..... | 96 |
| 5.1.4 Sujeitos ativo e passivo | 96 |
| 5.1.4.1 Gestante suicida | 97 |
| 5.1.5 Objetos material e jurídico | 97 |
| 5.1.6 Elemento subjetivo | 97 |
| 5.1.7 Classificação do crime | 97 |
| 5.1.8 Hipóteses que afastam a ocorrência de aborto | 98 |
| 5.1.9 Quadro-resumo | 98 |
| 5.2 Aborto provocado por terceiro sem o consentimento da gestante..... | 99 |
| 5.2.1 Estrutura do tipo penal incriminador | 99 |
| 5.2.1.1 Mecanismos para o aborto..... | 99 |
| 5.2.2 Tentativa de aborto e morte do recém-nascido..... | 100 |
| 5.2.3 Sujeitos ativo e passivo | 101 |
| 5.2.4 Elemento subjetivo | 101 |
| 5.2.5 Objetos material e jurídico | 101 |
| 5.2.6 Classificação do crime | 101 |
| <i>Jurisprudência selecionada</i> | 101 |
| 5.2.7 Quadro-resumo | 102 |
| 5.3 Aborto provocado com o consentimento da gestante..... | 102 |
| 5.3.1 Estrutura do tipo penal incriminador | 102 |
| 5.3.2 Sujeitos ativo e passivo | 103 |
| 5.3.3 Elemento subjetivo..... | 103 |
| 5.3.4 Objetos material e jurídico | 103 |
| 5.3.5 Classificação do crime | 104 |
| 5.3.6 Exceções em face de elementos específicos | 104 |
| <i>Jurisprudência selecionada</i> | 104 |
| 5.3.7 Quadro-resumo | 105 |
| 5.4 Aborto: forma qualificada | 105 |
| 5.4.1 Aplicação restrita..... | 105 |
| 5.4.2 Hipóteses da figura qualificada do art. 127 do CP..... | 105 |
| 5.4.3 Crimes qualificados pelo resultado..... | 106 |

| | |
|--|-----|
| <i>Jurisprudência selecionada</i> | 106 |
| 5.4.4 Quadro-resumo | 107 |
| 5.5 Excludentes de ilicitude do aborto | 107 |
| 5.5.1 Análise da expressão “não se pune” | 107 |
| 5.5.2 Constitucionalidade do dispositivo | 107 |
| 5.5.3 Sujeito que pode praticá-lo | 108 |
| 5.5.4 Aborto terapêutico | 108 |
| 5.5.5 Aborto humanitário ou piadoso | 108 |
| 5.5.6 Questão controversa: estupro decorrente de violência ficta ... | 109 |
| 5.5.7 Existência de condenação ou processo pelo delito de estupro... | 109 |
| 5.5.7.1 Alvará judicial..... | 109 |
| 5.5.8 Consentimento da gestante | 109 |
| 5.5.9 Limite temporal para o aborto | 109 |
| 5.6 A questão do aborto eugênico em confronto com a anencefalia | 110 |
| <i>Jurisprudência selecionada</i> | 114 |
| 5.6.1 Quadro-resumo | 116 |
| <i>Resumo do capítulo</i> | 117 |
| Capítulo II – Lesões Corporais | 119 |
| 1. Conceito de lesão corporal | 119 |
| 2. Estrutura do tipo penal incriminador | 120 |
| 3. Sujeitos ativo e passivo | 121 |
| 4. Elemento subjetivo | 121 |
| 5. Objetos material e jurídico | 121 |
| 6. Classificação | 121 |
| 7. Aplicação de excludentes de tipicidade supralegais | 122 |
| 7.1 Lesões leves provocadas por conjuge | 122 |
| 8. Consentimento do ofendido | 122 |
| 9. Conceito de lesão corporal grave e gravíssima | 123 |
| 10. Resultados qualificadores da lesão corporal grave | 124 |
| 10.1 Ocupação habitual | 124 |
| 10.1.1 Comprovação por perícia | 124 |
| 10.2 Perigo de vida | 125 |
| 10.2.1 Comprovação por perícia | 126 |
| 10.3 Debilidade permanente | 127 |
| 10.3.1 Comprovação por perícia | 127 |
| 10.4 Aceleração de parto | 127 |

| | | |
|--|--|------------|
| 10.5 | Incapacidade permanente para o trabalho | 128 |
| 10.6 | Enfermidade incurável | 128 |
| 10.7 | Perda ou inutilização de membro, sentido ou função | 129 |
| 10.7.1 | Cirurgia de mudança de sexo | 130 |
| 10.8 | Deformidade permanente | 132 |
| 10.9 | Aborto | 133 |
| 11. | Lesão corporal seguida de morte | 134 |
| 11.1 | Causas de aumento da milícia ou grupo similar de extermínio | 134 |
| 12. | Lesão corporal <i>privilegiada</i> | 134 |
| 13. | Substituição de pena para a lesão simples | 135 |
| 14. | Lesão culposa | 136 |
| 15. | Perdão judicial | 136 |
| 16. | Violência doméstica | 137 |
| 16.1 | Estrutura típica da lesão qualificada pela violência doméstica | 137 |
| 16.2 | Penas e causas de aumento | 139 |
| | <i>Jurisprudência selecionada</i> | 139 |
| | <i>Resumo do capítulo</i> | 141 |
| Capítulo III – Periclitación da Vida e da Saúde | | 143 |
| 1. | Crimes de perigo | 143 |
| 2. | Perigo concreto e perigo abstrato | 144 |
| 3. | Perigo individual e perigo coletivo | 145 |
| 4. | Perigo de contágio venéreo | 145 |
| 4.1 | Estrutura do tipo penal incriminador | 145 |
| 4.2 | Sujeitos ativo e passivo | 146 |
| 4.3 | Elemento subjetivo | 146 |
| 4.4 | Objetos material e jurídico | 147 |
| 4.5 | Classificação | 148 |
| 4.6 | Ação pública incondicionada | 148 |
| 4.7 | AIDS | 148 |
| 4.8 | Quadro-resumo | 148 |
| 5. | Perigo de contágio de moléstia grave | 149 |
| 5.1 | Estrutura do tipo penal incriminador | 149 |
| 5.2 | Sujeitos ativo e passivo | 150 |
| 5.3 | Elemento subjetivo | 150 |
| 5.4 | Objetos material e jurídico | 150 |
| 5.5 | Classificação | 150 |

| | | |
|-----|--|-----|
| 5.6 | Aplicação da pena da lesão corporal grave, gravíssima ou seguida de morte..... | 151 |
| 5.7 | Quadro-resumo | 151 |
| 6. | Perigo para a vida ou saúde de outrem..... | 152 |
| 6.1 | Estrutura do tipo penal incriminador | 152 |
| 6.2 | Sujeitos ativo e passivo..... | 153 |
| 6.3 | Elemento subjetivo..... | 153 |
| 6.4 | Objetos material e jurídico | 153 |
| 6.5 | Classificação..... | 153 |
| 6.6 | Confronto com o art. 15 da Lei 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento)..... | 154 |
| 6.7 | Causa de aumento de pena | 154 |
| | <i>Jurisprudência selecionada</i> | 154 |
| 6.8 | Quadro-resumo | 155 |
| 7. | Abandono de incapaz..... | 156 |
| 7.1 | Estrutura do tipo penal incriminador | 156 |
| 7.2 | Sujeitos ativo e passivo..... | 156 |
| 7.3 | Elemento subjetivo..... | 157 |
| 7.4 | Objetos material e jurídico | 157 |
| 7.5 | Classificação..... | 157 |
| 7.6 | Figuras preterdolosas | 157 |
| 7.7 | Causas de aumento de pena..... | 157 |
| | <i>Jurisprudência selecionada</i> | 158 |
| 7.8 | Quadro-resumo | 158 |
| 8. | Exposição de recém-nascido..... | 159 |
| 8.1 | Estrutura do tipo penal incriminador | 159 |
| 8.2 | Sujeitos ativo e passivo | 160 |
| 8.3 | Elemento subjetivo..... | 161 |
| 8.4 | Objetos material e jurídico..... | 161 |
| 8.5 | Classificação..... | 161 |
| 8.6 | Formas preterdolosas..... | 161 |
| 8.7 | Quadro-resumo | 161 |
| 9. | Omissão de socorro..... | 162 |
| 9.1 | Estrutura do tipo penal incriminador | 162 |
| 9.2 | Sujeitos ativo e passivo..... | 164 |
| 9.3 | Elemento subjetivo..... | 164 |
| 9.4 | Objetos material e jurídico..... | 164 |
| 9.5 | Análise dos casos médicos | 164 |

| | | |
|--------|--|-----|
| 9.6 | Vítima que recusa ajuda e vítima morta | 164 |
| 9.7 | Análise especial do fator “perigo” | 165 |
| 9.8 | Classificação | 165 |
| 9.9 | Figuras preterdelosas | 166 |
| 9.10 | Quadro-resumo | 166 |
| 10. | Condicionamento de atendimento médico-hospitalar emergencial | 166 |
| 10.1 | Estrutura do tipo penal incriminador | 166 |
| 10.2 | Sujeitos ativo e passivo | 167 |
| 10.3 | Elemento subjetivo | 167 |
| 10.4 | Objetos material e jurídico | 167 |
| 10.5 | Classificação | 168 |
| 10.6 | Perigo concreto <i>versus</i> perigo abstrato | 168 |
| 10.7 | Crime qualificado pelo resultado | 169 |
| 10.8 | Aviso prévio da configuração do delito | 169 |
| 10.9 | Quadro-resumo | 169 |
| 11. | Maus-tratos | 170 |
| 11.1 | Estrutura do tipo penal incriminador | 170 |
| 11.1.1 | Síndrome do bebê sacudido | 172 |
| 11.2 | Sujeitos ativo e passivo | 172 |
| 11.3 | Elementos subjetivos | 172 |
| 11.4 | Objetos material e jurídico | 172 |
| 11.5 | Classificação | 172 |
| 11.6 | A <i>Lei da Palmada</i> e o crime de maus-tratos | 173 |
| 11.7 | Nota particular sobre o caráter instantâneo do crime | 173 |
| 11.8 | Figuras preterdelosas | 174 |
| 11.9 | Tipos penais previstos em legislação especial | 174 |
| 11.10 | Aplicação da causa de aumento..... | 175 |
| 11.11 | Aplicação de agravantes | 175 |
| | <i>Jurisprudência selecionada</i> | 175 |
| 11.12 | Quadro-resumo | 176 |
| | <i>Resumo do capítulo</i> | 177 |
| | Capítulo IV – Rixa | 181 |
| 1. | Estrutura do tipo penal incriminador | 181 |
| 2. | Sujeitos ativo e passivo | 182 |
| 3. | Elemento subjetivo | 183 |
| 4. | Objetos material e jurídico | 183 |

| | |
|---|-----|
| 5. Classificação | 183 |
| 6. Figura preterdolosa | 184 |
| <i>Jurisprudência selecionada</i> | 184 |
| <i>Resumo do capítulo</i> | 185 |
| Capítulo V – Crimes contra a Honra | 187 |
| 1. Conceito de honra | 187 |
| 1.1 Honra e dignidade da pessoa humana | 189 |
| 2. Honra objetiva e honra subjetiva | 189 |
| 2.1 Modos de execução dos delitos contra a honra | 189 |
| 3. Honra comum e honra especial | 190 |
| 3.1 Pessoas consideradas desonradas | 191 |
| 4. Calúnia | 192 |
| 4.1 Estrutura do tipo penal incriminador | 192 |
| 4.1.1 Atribuição de fato | 193 |
| 4.2 Sujeitos ativo e passivo | 193 |
| 4.2.1 Inimputáveis e pessoas mortas | 193 |
| 4.2.2 Pessoa jurídica como sujeito ativo | 194 |
| 4.2.3 Pessoas indeterminadas | 194 |
| 4.3 Elemento subjetivo | 194 |
| 4.4 Objetos material e jurídico | 195 |
| 4.5 Classificação | 196 |
| 4.5.1 Aspecto particular da consumação | 196 |
| 4.6 Exceção da verdade | 196 |
| 4.6.1 Vedação à exceção da verdade referente à ação privada | 196 |
| 4.6.2 Vedação à exceção da verdade em razão da pessoa envolvida | 197 |
| 4.6.3 Vedação à exceção da verdade por ter havido absolvição | 197 |
| <i>Jurisprudência selecionada</i> | 197 |
| 4.7 Quadro-resumo | 198 |
| 5. Difamação | 199 |
| 5.1 Estrutura do tipo penal incriminador | 199 |
| 5.2 Sujeitos ativo e passivo | 199 |
| 5.3 Elemento subjetivo | 200 |
| 5.3.1 Narrativa de testemunha | 201 |
| 5.4 Objetos material e jurídico | 201 |
| 5.5 Classificação | 202 |
| 5.5.1 Aspecto particular da consumação | 202 |

| | | |
|---------|---|-----|
| 5.6 | Exceção da verdade | 202 |
| | <i>Jurisprudência selecionada</i> | 202 |
| 5.7 | Quadro-resumo | 203 |
| 6. | Injúria..... | 203 |
| 6.1 | Estrutura do tipo penal incriminador | 203 |
| 6.1.1 | Injúria por omissão | 205 |
| 6.1.2 | Ofensa contra a honra pela Internet | 205 |
| 6.2 | Sujeitos ativo e passivo..... | 206 |
| 6.2.1 | Agente embriagado | 206 |
| 6.2.1.1 | Ofendido embriagado ou deficiente..... | 206 |
| 6.2.2 | Inimputáveis e mortos | 207 |
| 6.3 | Elemento subjetivo | 207 |
| 6.3.1 | Injúria proferida no calor da discussão | 208 |
| 6.4 | Objetos material e jurídico..... | 208 |
| 6.5 | Classificação..... | 208 |
| 6.5.1 | Consumação | 209 |
| 6.6 | Exceção da verdade | 209 |
| 6.7 | Perdão judicial | 209 |
| 6.7.1 | Provocação reprovável | 209 |
| 6.7.2 | Retorsão imediata | 209 |
| 6.8 | Forma qualificada pela violência (§ 2.º) | 210 |
| 6.9 | Forma qualificada pela injúria racial (§ 3.º) | 210 |
| 6.9.1 | Injúria racial e racismo | 210 |
| 6.9.2 | Injúria qualificada contra idoso ou deficiente | 212 |
| 6.9.3 | Proporcionalidade da pena | 212 |
| | <i>Jurisprudência selecionada</i> | 213 |
| 6.10 | Quadro-resumo | 216 |
| 7. | Causas de aumento da pena previstas no art. 141 | 216 |
| 7.1 | Honra do Presidente da República ou de chefe de governo estrangeiro ... | 216 |
| 7.2 | Honra de funcionário público | 217 |
| 7.3 | Facilitação da divulgação da agressão à honra | 217 |
| 7.4 | Proteção diferenciada ao idoso e ao deficiente..... | 217 |
| 7.5 | Causa de aumento de motivação torpe | 217 |
| | <i>Jurisprudência selecionada</i> | 218 |
| 7.6 | Quadro-resumo | 218 |
| 8. | Exclusão do crime | 219 |
| 8.1 | Imunidade judiciária..... | 219 |

| | | |
|---------|---|-----|
| 8.1.1 | Discussão da causa | 219 |
| | <i>Jurisprudência selecionada</i> | 220 |
| 8.1.2 | Ofensa ao magistrado | 220 |
| | <i>Jurisprudência selecionada</i> | 220 |
| 8.1.2.1 | Ofensa do magistrado | 221 |
| 8.1.3 | Parte ou procurador | 221 |
| | <i>Jurisprudência selecionada</i> | 222 |
| 8.1.4 | Confronto da imunidade judiciária com o Estatuto da Advocacia | 222 |
| 8.1.5 | Ofensa ao Promotor de Justiça | 223 |
| 8.1.6 | Ofensa ao réu | 223 |
| 8.2 | Imunidade literária, artística e científica | 223 |
| 8.3 | Imunidade funcional | 224 |
| | <i>Jurisprudência selecionada</i> | 224 |
| 8.4 | Ressalva da divulgação da injúria ou da difamação..... | 225 |
| 8.5 | Quadro-resumo | 225 |
| 9. | Retratção | 225 |
| 9.1 | Causa extintiva da punibilidade | 225 |
| 9.2 | Ofensa por meios de comunicação | 226 |
| | <i>Jurisprudência selecionada</i> | 227 |
| 9.3 | Quadro-resumo | 228 |
| 10. | Pedido de explicações | 228 |
| 10.1 | Consequência das explicações | 229 |
| 10.2 | Quadro-resumo | 229 |
| 11. | Ação penal privada | 230 |
| 11.1 | Ação pública incondicionada | 230 |
| 11.2 | Hipóteses de ação pública condicionada | 230 |
| 11.3 | Representação de conteúdo limitado | 231 |
| 11.4 | Quadro-resumo | 231 |
| | <i>Resumo do capítulo</i> | 231 |
| | Capítulo VI – Crimes contra a Liberdade Individual | 233 |
| 1. | Proteção constitucional | 233 |
| 2. | Constrangimento ilegal | 233 |
| 2.1 | Estrutura do tipo penal incriminador | 233 |
| 2.2 | Sujeitos ativo e passivo..... | 234 |
| 2.3 | Elemento subjetivo | 235 |
| 2.4 | Objetos material e jurídico..... | 236 |

| | | |
|---------|--|-----|
| 2.5 | Classificação | 236 |
| 2.6 | Aplicação cumulativa da pena | 236 |
| 2.7 | Causa de aumento de pena | 236 |
| 2.7.1 | Conceito de arma | 236 |
| 2.7.2 | Sistema da acumulação material | 236 |
| 2.7.3 | Causas excludentes da tipicidade | 237 |
| 2.7.3.1 | Intervenção médico-cirúrgica | 237 |
| 2.7.3.2 | Impedimento de suicídio | 237 |
| 2.8 | Quadro-resumo | 237 |
| 3. | Ameaça | 238 |
| 3.1 | Estrutura do tipo penal incriminador | 238 |
| 3.1.1 | Ameaça no contexto da violência doméstica | 239 |
| 3.2 | Sujeitos ativo e passivo | 240 |
| 3.3 | Elemento subjetivo | 240 |
| 3.3.1 | Embriaguez | 241 |
| 3.4 | Objetos material e jurídico | 241 |
| 3.5 | Classificação | 241 |
| 3.6 | Ação pública condicionada | 242 |
| | <i>Jurisprudência selecionada</i> | 242 |
| 3.7 | Quadro-resumo | 242 |
| 4. | Sequestro e cárcere privado | 243 |
| 4.1 | Estrutura do tipo penal incriminador | 243 |
| 4.1.1 | Diferença entre sequestro e cárcere privado | 243 |
| 4.1.2 | Situação de permanência | 244 |
| 4.1.3 | Consentimento do ofendido | 244 |
| 4.2 | Sujeitos ativo e passivo | 244 |
| 4.3 | Elemento subjetivo | 245 |
| 4.4 | Objetos material e jurídico | 245 |
| 4.5 | Classificação | 245 |
| 4.6 | Figuras qualificadas | 245 |
| 4.6.1 | Relações familiares | 246 |
| 4.6.2 | Internação fraudulenta | 246 |
| 4.6.3 | Privação da liberdade de longa duração | 246 |
| 4.6.4 | Ofendido menor de 18 anos | 246 |
| 4.6.4.1 | Confronto com o art. 230 da Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) | 247 |
| 4.6.5 | Finalidade libidinosa | 247 |

| | | |
|-------|---|-----|
| 4.6.6 | Maus-tratos e natureza da detenção | 247 |
| 4.7 | Quadro-resumo | 248 |
| 5. | Redução a condição análoga à de escravo | 249 |
| 5.1 | Estrutura do tipo penal incriminador | 249 |
| 5.1.1 | Trabalhos forçados | 251 |
| 5.1.2 | Jornada exaustiva | 251 |
| 5.1.3 | Condições degradantes de trabalho | 251 |
| 5.1.4 | Restrição da liberdade de locomoção | 251 |
| 5.1.5 | Cerceamento de meio de transporte | 252 |
| 5.1.6 | Manutenção de vigilância ostensiva no lugar de trabalho ... | 252 |
| 5.1.7 | Apossamento de documentos ou objetos pessoais | 253 |
| 5.1.8 | Consentimento da vítima | 253 |
| 5.2 | Sujeitos ativo e passivo | 253 |
| 5.3 | Elemento subjetivo | 254 |
| 5.4 | Objetos material e jurídico | 254 |
| 5.5 | Classificação | 254 |
| 5.6 | Acumulação material e multa | 254 |
| 5.7 | Causas de aumento de pena | 254 |
| 5.8 | Competência | 254 |
| | <i>Jurisprudência selecionada</i> | 255 |
| 5.9 | Quadro-resumo | 256 |
| 6. | Tráfico de pessoas | 257 |
| 6.1 | Estrutura do tipo penal incriminador | 257 |
| 6.2 | Sujeitos ativo e passivo | 258 |
| 6.3 | Elemento subjetivo | 258 |
| 6.4 | Objetos material e jurídico | 258 |
| 6.5 | Classificação | 258 |
| 6.6 | Finalidades específicas | 259 |
| 6.6.1 | Remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo | 259 |
| 6.6.2 | Submissão a trabalho em condições análogas à de escravo .. | 260 |
| 6.6.3 | Submissão a qualquer tipo de servidão | 260 |
| 6.6.4 | Adoção ilegal | 261 |
| 6.6.5 | Exploração sexual | 261 |
| 6.6.6 | Causas de aumento da pena | 262 |
| 6.6.7 | Causas de diminuição da pena | 264 |
| 6.7 | Quadro-resumo | 265 |
| 7. | Crimes contra a inviolabilidade do domicílio | 265 |

| | | |
|---------|--|-----|
| 7.1 | Proteção constitucional | 265 |
| 7.2 | Estrutura do tipo penal incriminador | 266 |
| 7.3 | Sujeitos ativo e passivo | 268 |
| 7.4 | Elemento subjetivo | 268 |
| 7.5 | Objetos material e jurídico | 268 |
| 7.6 | Classificação | 268 |
| 7.7 | Tipo qualificado | 269 |
| 7.8 | Causa excludente de ilicitude | 270 |
| | <i>Jurisprudência selecionada</i> | 271 |
| 7.9 | Quadro-resumo | 272 |
| 8. | Crimes contra a inviolabilidade de correspondência | 273 |
| 8.1 | Proteção constitucional e inviolabilidade de correspondência | 273 |
| 8.2 | Caráter relativo da proteção constitucional | 273 |
| 8.3 | Derrogação do art. 151 do Código Penal | 274 |
| 8.4 | Pena atualizada pela nova lei | 274 |
| 8.5 | Sonegação ou destruição de correspondência | 274 |
| 8.5.1 | Estrutura do tipo penal incriminador | 274 |
| 8.5.2 | Sujeitos ativo e passivo | 277 |
| 8.5.2.1 | Falecimento do remetente ou do destinatário | 277 |
| 8.5.2.2 | Marido e mulher | 278 |
| 8.5.2.3 | Correspondência destinada a filhos | 279 |
| 8.5.3 | Excludentes de ilicitude específicas | 279 |
| 8.5.4 | Elemento subjetivo | 280 |
| 8.5.5 | Objetos material e jurídico | 281 |
| 8.5.6 | Classificação | 281 |
| 8.5.6.1 | Classificação dos crimes previstos no § 1.º, inciso I... | 281 |
| 8.5.6.2 | Classificação dos crimes previstos no § 1.º, inciso II... | 282 |
| 8.5.7 | Figura qualificada | 282 |
| 8.5.8 | Competência | 282 |
| 8.5.9 | Ação pública incondicionada e condicionada | 282 |
| | <i>Jurisprudência selecionada</i> | 283 |
| 8.6 | Quadro-resumo | 284 |
| 9. | Correspondência comercial | 285 |
| 9.1 | Conceito de correspondência comercial | 285 |
| 9.2 | Estrutura do tipo penal incriminador | 285 |
| 9.3 | Sujeitos ativo e passivo | 285 |
| 9.4 | Elemento subjetivo | 285 |

| | | |
|--------|--|-----|
| 9.5 | Objetos material e jurídico | 286 |
| 9.6 | Classificação | 286 |
| 9.7 | Princípio da insignificância | 286 |
| 9.8 | Ação pública condicionada | 286 |
| 9.9 | Quadro-resumo | 286 |
| 10. | Divulgação de segredo | 287 |
| 10.1 | Proteção constitucional da divulgação de segredo | 287 |
| 10.2 | Estrutura do tipo penal incriminador | 287 |
| 10.3 | Sujeitos ativo e passivo | 288 |
| 10.4 | Elemento subjetivo | 288 |
| 10.5 | Objetos material e jurídico | 288 |
| 10.6 | Classificação | 289 |
| 10.7 | Divulgação de segredo em figura similar..... | 289 |
| 10.7.1 | Estrutura do tipo penal incriminador | 289 |
| 10.7.2 | Sujeitos ativo e passivo | 290 |
| 10.7.3 | Elemento subjetivo | 291 |
| 10.7.4 | Objetos material e jurídico | 291 |
| 10.7.5 | Classificação | 291 |
| 10.7.6 | Ação pública condicionada | 291 |
| 10.7.7 | Ação pública incondicionada | 292 |
| 10.8 | Quadro-resumo | 292 |
| 11. | Violação do segredo profissional..... | 293 |
| 11.1 | Estrutura do tipo penal incriminador | 293 |
| 11.2 | Sujeitos ativo e passivo | 293 |
| 11.3 | Elemento subjetivo | 294 |
| 11.4 | Objetos material e jurídico | 294 |
| 11.5 | Classificação | 294 |
| 11.6 | Ação pública condicionada | 294 |
| 11.7 | Quadro-resumo | 294 |
| 12. | Invasão de dispositivo informático | 295 |
| 12.1 | Bem jurídico mediato e imediato..... | 295 |
| 12.2 | Estrutura do tipo penal incriminador | 295 |
| 12.2.1 | Infiltração de agentes | 297 |
| 12.3 | Sujeitos ativo e passivo | 298 |
| 12.4 | Elemento subjetivo | 298 |
| 12.5 | Objetos material e jurídico..... | 298 |
| 12.6 | Classificação..... | 298 |

| | | |
|---------|--|-----|
| 12.7 | Figura similar..... | 298 |
| 12.7.1 | Estrutura do tipo penal incriminador | 298 |
| 12.7.2 | Sujeitos ativo e passivo | 299 |
| 12.7.3 | Elemento subjetivo | 299 |
| 12.7.4 | Objetos material e jurídico | 300 |
| 12.7.5 | Classificação | 300 |
| 12.7.6 | Causa de aumento e exaurimento | 300 |
| 12.7.7 | Forma qualificada | 300 |
| 12.7.8 | Causa de aumento e exaurimento sequencial | 301 |
| 12.7.9 | Transmissão de <i>e-mail</i> e suas peculiaridades | 301 |
| 12.7.10 | Causa de aumento em função da vítima | 301 |
| 12.7.11 | Ação penal | 302 |
| 12.8 | Quadro-resumo | 302 |
| | <i>Resumo do capítulo</i> | 304 |

PARTE 2

CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

| | |
|---|-----|
| Capítulo I – Furto | 311 |
| 1. Proteção constitucional ao patrimônio | 311 |
| 2. Furto | 311 |
| 2.1 Estrutura do tipo penal incriminador | 311 |
| 2.2 Sujeitos ativo e passivo | 312 |
| 2.3 Consumação do furto | 313 |
| 2.4 Elemento subjetivo | 315 |
| 2.5 Objetos material e jurídico..... | 315 |
| 2.6 Classificação | 316 |
| 2.7 Particularidades do furto | 316 |
| 2.7.1 Furto de coisa puramente de estimação | 316 |
| 2.7.2 Furto de cadáver | 317 |
| 2.7.3 Furto de coisas abandonadas (<i>res derelicta</i>) não pertencentes a ninguém (<i>res nullius</i>) ou perdidas (<i>res deperdita</i>) | 317 |
| 2.7.4 Furto de coisas de ínfimo valor e princípio da insignificância | 318 |
| 2.7.5 Furto de talão de cheques..... | 318 |
| 2.7.6 Furto de uso | 318 |
| 2.7.7 Furto em túmulos e sepulturas..... | 319 |

| | | |
|----------|--|-----|
| 2.7.8 | Furto sob vigilância | 320 |
| 2.7.9 | A questão da trombada | 320 |
| 2.7.10 | Furto de cartão de crédito e bancário | 321 |
| 2.7.11 | Furto de imagem | 321 |
| 2.7.12 | Furto famélico | 321 |
| 2.8 | Causa específica de aumento de pena | 322 |
| 2.8.1 | Repouso noturno | 323 |
| 2.8.2 | Condições para a aplicação do aumento | 323 |
| 2.9 | Furto privilegiado | 324 |
| 2.9.1 | Diferença da insignificância | 324 |
| 2.9.2 | Primariedade | 324 |
| 2.9.3 | Pequeno valor | 324 |
| 2.9.4 | Aplicação do privilégio à figura qualificada | 325 |
| 2.10 | Aplicação dos §§ 1.º e 2.º concomitantemente | 325 |
| 2.11 | Equiparação à coisa móvel | 326 |
| 2.11.1 | Furto de sinal de TV a cabo e Internet | 326 |
| 2.11.2 | Furto de esperma | 326 |
| 2.12 | Furto qualificado | 326 |
| 2.12.1 | Destruição ou rompimento da própria coisa furtada | 327 |
| 2.12.1.1 | Necessidade do exame de corpo de delito | 328 |
| 2.12.1.2 | Utilização de destruição ou rompimento de obstáculo após a subtração | 329 |
| 2.12.1.3 | Arrombamento externo e interno | 329 |
| 2.12.2 | Abuso de confiança | 329 |
| 2.12.3 | Fraude | 330 |
| 2.12.3.1 | Furto com fraude <i>versus</i> estelionato | 331 |
| 2.12.4 | Escalada | 331 |
| 2.12.4.1 | Laudo pericial | 332 |
| 2.12.5 | Destreza | 332 |
| 2.12.6 | Chave falsa | 333 |
| 2.12.7 | Concurso de duas ou mais pessoas | 333 |
| 2.12.8 | Emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum | 333 |
| 2.12.9 | Transporte de veículo para outro Estado ou país | 334 |
| 2.12.9.1 | Qualificadora material e condicionada | 335 |
| 2.12.9.2 | Interpretação extensiva do termo Estado | 335 |
| 2.12.9.3 | Conhecimento e adesão à qualificadora | 336 |
| 2.12.10 | Subtração de animal domesticável de produção | 336 |

| | | |
|---------|---|-----|
| 2.12.11 | Subtração de substâncias explosivas ou acessórios, que possibilitem sua fabricação, montagem ou emprego | 337 |
| 2.12.12 | Preponderância da qualificadora | 337 |
| 2.13 | Quadro-resumo | 338 |
| 3. | Furto de coisa comum | 339 |
| 3.1 | Estrutura do tipo penal incriminador | 339 |
| 3.1.1 | Furto de sócio contra a sociedade | 340 |
| 3.2 | Sujeitos ativo e passivo | 340 |
| 3.3 | Elemento subjetivo | 340 |
| 3.4 | Objetos material e jurídico | 340 |
| 3.5 | Classificação | 340 |
| 3.6 | Ação pública condicionada | 340 |
| 3.7 | Causa específica de exclusão da ilicitude | 340 |
| | <i>Jurisprudência selecionada</i> | 341 |
| 3.8 | Quadro-resumo | 342 |
| | <i>Resumo do capítulo</i> | 343 |
| | Capítulo II – Roubo e Extorsão | 345 |
| 1. | Roubo | 345 |
| 1.1 | Estrutura do tipo penal incriminador | 345 |
| 1.1.1 | Princípio da insignificância | 347 |
| 1.2 | Sujeitos ativo e passivo | 347 |
| 1.3 | Elemento subjetivo | 347 |
| 1.3.1 | Roubo de uso | 347 |
| 1.4 | Objetos material e jurídico | 348 |
| 1.5 | Classificação | 348 |
| 1.6 | Particularidades do crime de roubo | 348 |
| 1.6.1 | Roubo contra várias pessoas através de uma ação | 348 |
| 1.6.2 | Roubo seguido de resistência | 349 |
| 1.6.3 | Roubo e estado de necessidade | 349 |
| 1.6.4 | Trombada | 349 |
| 1.6.5 | Consumação do crime de roubo | 350 |
| 1.6.6 | Veículo com rastreador | 350 |
| 1.6.7 | Concurso de roubo e extorsão | 350 |
| 1.7 | Roubo próprio e roubo impróprio | 351 |
| 1.7.1 | Tentativa no roubo impróprio | 351 |
| 1.8 | Causas de aumento da pena | 352 |
| 1.8.1 | Incidência de mais de uma causa de aumento | 352 |

| | | |
|----------|--|-----|
| 1.8.2 | Concurso de duas ou mais pessoas..... | 353 |
| 1.8.2.1 | Concurso material entre roubo qualificado e associação criminosa armada | 353 |
| 1.8.2.2 | Concurso formal entre roubo e corrupção de menores | 353 |
| 1.8.3 | Vítima a serviço de transporte de valores | 354 |
| 1.8.3.1 | Dolo direto | 354 |
| 1.8.4 | Veículo automotor levado a outro Estado ou para o exterior | 354 |
| 1.8.5 | Vítima com a liberdade cerceada | 354 |
| 1.8.6 | Subtração de substâncias explosivas ou acessórios..... | 355 |
| 1.8.7 | Emprego de arma branca..... | 355 |
| 1.9 | Causa de aumento da pena em destaque | 355 |
| 1.9.1 | Conceito de arma | 356 |
| 1.9.2 | Utilização de arma própria e imprópria e sua influência na pena | 357 |
| 1.9.3 | Arma de brinquedo | 357 |
| 1.9.4 | Arma defeituosa ou sem munição e a simulação | 358 |
| 1.9.5 | Desnecessidade da apreensão da arma e prova da causa de aumento..... | 358 |
| 1.9.6 | Destruição ou rompimento de obstáculo mediante o uso de explosivo ou artefato análogo, que cause perigo comum..... | 358 |
| 1.9.7 | Emprego de arma de fogo de uso restrito ou proibido..... | 359 |
| 1.9.8 | Concurso de causas de aumento previstas em incisos diferentes..... | 359 |
| 1.10 | Crime qualificado pelo resultado lesões graves | 359 |
| 1.10.1 | Hipóteses quanto ao resultado mais grave..... | 359 |
| 1.10.2 | Crime qualificado pelo resultado morte | 359 |
| 1.10.3 | Aspectos do resultado morte | 360 |
| 1.10.3.1 | Multiplicidade de vítimas | 360 |
| 1.10.3.2 | As hipóteses possíveis | 360 |
| 1.10.3.3 | Inviabilidade de aplicação do art. 9.º da Lei 8.072/90 | 361 |
| | <i>Jurisprudência selecionada</i> | 361 |
| 1.11 | Quadro-resumo | 362 |
| 2. | Extorsão | 363 |
| 2.1 | Estrutura do tipo penal incriminador | 363 |
| 2.1.1 | Flanelinhas e similares..... | 365 |
| 2.1.2 | Alegação de ingresso com ação judicial | 365 |

| | | |
|--------|---|-----|
| 2.2 | Sujeitos ativo e passivo | 365 |
| 2.3 | Elemento subjetivo | 366 |
| 2.4 | Consumação | 366 |
| 2.5 | Objetos material e jurídico | 366 |
| 2.6 | Classificação | 367 |
| 2.7 | Causas de aumento de pena | 367 |
| 2.7.1 | Paralelo entre roubo com arma de fogo e extorsão com qual- quer arma | 367 |
| 2.8 | Crime qualificado pelo resultado lesão grave ou morte (art. 158, § 2.º) | 367 |
| 2.9 | Sequestro relâmpago | 368 |
| 2.9.1 | Proporcionalidade das penas..... | 369 |
| 2.9.2 | Tipo remissivo | 369 |
| 2.9.3 | Ausência do rol dos crimes hediondos..... | 370 |
| | <i>Jurisprudência selecionada</i> | 370 |
| 2.10 | Quadro-resumo | 370 |
| 3. | Extorsão mediante sequestro | 371 |
| 3.1 | Estrutura do tipo penal incriminador | 371 |
| 3.1.1 | Consumação | 372 |
| 3.2 | Sujeitos ativo e passivo | 372 |
| 3.3 | Elemento subjetivo | 373 |
| 3.4 | Objetos material e jurídico | 373 |
| 3.5 | Classificação | 373 |
| 3.6 | Figuras qualificadas | 373 |
| 3.6.1 | Duração superior a 24 horas | 373 |
| 3.6.2 | Sequestro de menor de 18 anos..... | 373 |
| 3.6.3 | Sequestro de idoso | 373 |
| 3.6.4 | Bando ou quadrilha | 374 |
| 3.7 | Fato que dá margem ao resultado qualificador | 374 |
| 3.8 | Forma qualificada pelo resultado | 374 |
| 3.9 | Inviabilidade de aplicação do art. 9.º da Lei 8.072/90 | 374 |
| 3.10 | Delação premiada | 375 |
| 3.10.1 | Requisitos da delação premiada | 375 |
| | <i>Jurisprudência selecionada</i> | 375 |
| 3.11 | Quadro-resumo | 376 |
| 4. | Extorsão indireta | 376 |
| 4.1 | Estrutura do tipo penal incriminador | 376 |
| 4.2 | Sujeitos ativo e passivo | 377 |

| | | |
|---------------------------------------|---|-----|
| 4.3 | Elemento subjetivo | 378 |
| 4.4 | Objetos material e jurídico | 378 |
| 4.5 | Classificação | 378 |
| 4.6 | Quadro-resumo | 378 |
| | <i>Resumo do capítulo</i> | 379 |
| Capítulo III – Usurpação | | 381 |
| 1. | Proteção constitucional | 381 |
| 2. | Alteração de limites | 381 |
| 2.1 | Sujeitos ativo e passivo | 382 |
| 2.2 | Elemento subjetivo | 382 |
| 2.3 | Objetos material e jurídico | 382 |
| 2.4 | Classificação | 382 |
| 2.5 | Quadro-resumo | 383 |
| 3. | Usurpação de águas | 383 |
| 3.1 | Estrutura do tipo penal incriminador | 383 |
| 3.2 | Sujeitos ativo e passivo | 384 |
| 3.3 | Elemento subjetivo | 384 |
| 3.4 | Objetos material e jurídico | 384 |
| 3.5 | Classificação | 384 |
| 3.6 | Quadro-resumo | 384 |
| 4. | Esbulho possessório | 385 |
| 4.1 | Estrutura do tipo penal incriminador | 385 |
| 4.2 | Sujeitos ativo e passivo | 387 |
| 4.3 | Elemento subjetivo | 387 |
| 4.4 | Objetos material e jurídico | 387 |
| 4.5 | Classificação | 387 |
| 4.6 | Concurso com o crime violento | 387 |
| 4.7 | Ação pública incondicionada ou privada | 387 |
| 4.8 | Quadro-resumo | 388 |
| 5. | Supressão ou alteração de marca em animais | 388 |
| 5.1 | Estrutura do tipo penal incriminador | 388 |
| 5.2 | Sujeitos ativo e passivo | 389 |
| 5.3 | Elemento subjetivo | 389 |
| 5.4 | Objetos material e jurídico | 389 |
| 5.5 | Classificação | 389 |
| | <i>Jurisprudência selecionada</i> | 389 |

| | | |
|--|---|------------|
| 5.6 | Quadro-resumo | 390 |
| | <i>Resumo do capítulo</i> | 390 |
| Capítulo IV – Dano | | 393 |
| 1. | Dano e proteção constitucional | 393 |
| 1.1 | Estrutura do tipo penal incriminador | 393 |
| 1.2 | Sujeitos ativo e passivo | 394 |
| 1.3 | Elemento subjetivo | 394 |
| 1.4 | Objetos material e jurídico | 394 |
| 1.5 | Classificação | 394 |
| 1.6 | Dano qualificado | 395 |
| 1.6.1 | Preso que danifica a cadeia para fugir | 396 |
| | <i>Jurisprudência selecionada</i> | 396 |
| 1.7 | Quadro-resumo | 396 |
| 2. | Introdução ou abandono de animais em propriedade alheia | 397 |
| 2.1 | Estrutura do tipo penal incriminador | 397 |
| 2.2 | Sujeitos ativo e passivo | 398 |
| 2.3 | Elemento subjetivo | 398 |
| 2.4 | Objetos material e jurídico | 398 |
| 2.5 | Classificação | 398 |
| 2.6 | Quadro-resumo | 398 |
| 3. | Dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico | 399 |
| 3.1 | Revogação deste tipo penal pelo art. 62 da Lei 9.605/98 | 399 |
| 3.2 | Quadro-resumo | 399 |
| 4. | Alteração de local especialmente protegido | 400 |
| 4.1 | Revogação tácita deste delito, por disciplinar integralmente a matéria nele tratada | 400 |
| 5. | Ação penal | 400 |
| 5.1 | Casos de ação penal privada | 400 |
| 5.2 | Quadro-resumo | 400 |
| | <i>Resumo do capítulo</i> | 400 |
| Capítulo V – Apropriação Indébita | | 403 |
| 1. | Apropriação indébita | 403 |
| 1.1 | Estrutura do tipo penal incriminador | 403 |
| 1.2 | Sujeitos ativo e passivo | 404 |
| 1.3 | Elemento subjetivo | 405 |
| 1.4 | Objetos material e jurídico | 405 |

| | | |
|----------|---|-----|
| 1.5 | Classificação | 405 |
| 1.6 | Reparação do dano | 406 |
| 1.7 | Causas de aumento da pena | 406 |
| 1.8 | Apropriação indébita contra idoso | 407 |
| 1.9 | Apropriação indébita de uso | 408 |
| | Jurisprudência selecionada | 408 |
| 1.10 | Quadro-resumo | 409 |
| 2. | Apropriação indébita previdenciária | 409 |
| 2.1 | Fundamento constitucional | 409 |
| 2.2 | Conceito de seguridade social e diferença da previdência social | 410 |
| 2.3 | Estrutura do tipo penal incriminador | 411 |
| 2.4 | Sujeitos ativo e passivo | 411 |
| 2.5 | Elemento subjetivo do tipo | 411 |
| 2.5.1 | Exigência do elemento subjetivo específico (dolo específico) | 412 |
| 2.6 | Diversidade da figura do caput e da prevista no § 1.º | 413 |
| 2.7 | Objetos material e jurídico | 413 |
| 2.8 | Classificação | 414 |
| 2.9 | Competência e ação penal | 414 |
| 2.10 | Condição objetiva de punibilidade | 414 |
| 2.11 | Não recolhimento de contribuição ou outra importância destinada à previdência social | 414 |
| 2.11.1 | Estrutura do tipo penal incriminador | 414 |
| 2.11.2 | Sujeitos ativo e passivo | 415 |
| 2.11.3 | Elemento subjetivo do tipo | 415 |
| 2.11.4 | Objetos material e jurídico | 415 |
| 2.11.5 | Classificação | 415 |
| 2.12 | Não recolhimento de contribuições integrantes de despesas contábeis ou custos relativos a produtos ou serviços | 416 |
| 2.12.1 | Estrutura do tipo penal incriminador, sujeitos ativo e passivo e elemento subjetivo | 416 |
| 2.12.1.1 | Despesas contábeis ou custos relativos à venda de produtos ou à prestação de serviços | 416 |
| 2.12.2 | Objetos material e jurídico | 416 |
| 2.12.3 | Classificação | 416 |
| 2.13 | Não pagamento de benefício devido a segurado | 417 |
| 2.13.1 | Estrutura do tipo penal incriminador | 417 |
| 2.13.2 | Sujeitos ativo e passivo e elemento subjetivo | 417 |

| | | |
|--------|--|-----|
| 2.13.3 | Objetos material e jurídico | 417 |
| 2.13.4 | Classificação | 417 |
| 2.14 | Causa de extinção da punibilidade (art. 168-A, § 2.º, do CP) | 418 |
| 2.15 | Não aplicação do art. 34 da Lei 9.249/95 | 420 |
| 2.16 | Parcelamento do débito administrativamente | 420 |
| 2.17 | Perdão judicial ou figura privilegiada | 421 |
| 2.18 | Critério para a escolha do juiz | 421 |
| | <i>Jurisprudência selecionada</i> | 422 |
| 2.19 | Quadro-resumo | 422 |
| 3. | Apropriação de coisa havida por erro, caso fortuito ou força da natureza ... | 423 |
| 3.1 | Estrutura do tipo penal incriminador | 423 |
| 3.2 | Sujeitos ativo e passivo | 424 |
| 3.3 | Elemento subjetivo | 424 |
| 3.4 | Objetos material e jurídico | 424 |
| 3.5 | Classificação | 424 |
| 3.6 | Quadro-resumo | 425 |
| 4. | Apropriação de tesouro | 425 |
| 4.1 | Estrutura do tipo penal incriminador | 425 |
| 4.2 | Sujeitos ativo e passivo | 426 |
| 4.3 | Elemento subjetivo | 426 |
| 4.4 | Objetos material e jurídico | 426 |
| 4.5 | Classificação | 426 |
| 4.6 | Quadro-resumo | 426 |
| 5. | Apropriação de coisa achada | 427 |
| 5.1 | Estrutura do tipo penal incriminador | 427 |
| 5.2 | Sujeitos ativo e passivo | 428 |
| 5.3 | Elemento subjetivo | 428 |
| 5.4 | Objetos material e jurídico | 428 |
| 5.5 | Classificação | 428 |
| 5.6 | Quadro-resumo | 428 |
| 6. | Apropriação privilegiada (art. 170 do CP) | 429 |
| | <i>Resumo do capítulo</i> | 429 |
| | Capítulo VI – Estelionato e Outras Fraudes | 431 |
| 1. | Estelionato | 431 |
| 1.1 | Estrutura do tipo penal incriminador | 431 |
| 1.2 | Sujeitos ativo e passivo | 434 |

| | | |
|-------|---|-----|
| 1.3 | Elemento subjetivo | 434 |
| 1.4 | Objetos material e jurídico | 434 |
| 1.5 | Classificação | 434 |
| 1.6 | Particularidades do estelionato | 434 |
| 1.6.1 | Crime de bagatela | 434 |
| | <i>Jurisprudência selecionada</i> | 435 |
| 1.6.2 | Trabalho espiritual | 435 |
| 1.6.3 | Mecanismos grosseiros de engodo | 436 |
| 1.6.4 | Esperteza nas atividades comerciais | 436 |
| 1.6.5 | Torpeza bilateral | 436 |
| 1.6.6 | Reparação do dano | 438 |
| 1.6.7 | Estelionato judiciário | 438 |
| 1.6.8 | Estelionato como delito instantâneo de efeitos permanentes ou crime permanente | 438 |
| 1.7 | Estelionato privilegiado (§ 1.º do art. 171) | 439 |
| 1.7.1 | Faculdade ou obrigação do juiz | 440 |
| 1.8 | Crime de ação pública condicionada à representação da vítima | 440 |
| 1.9 | Quadro-resumo | 441 |
| 2. | Disposição de coisa alheia como própria | 442 |
| 2.1 | Estrutura do tipo penal incriminador | 442 |
| 2.2 | Sujeitos ativo e passivo | 442 |
| 2.3 | Elemento subjetivo | 442 |
| 2.4 | Objetos material e jurídico | 443 |
| 2.5 | Classificação | 443 |
| 2.6 | Furto e disposição de coisa alheia como própria | 443 |
| 3. | Alienação ou oneração fraudulenta de coisa própria | 443 |
| 3.1 | Estrutura do tipo penal incriminador | 443 |
| 3.2 | Sujeitos ativo e passivo | 444 |
| 3.3 | Elemento subjetivo | 444 |
| 3.4 | Objetos material e jurídico | 444 |
| 3.5 | Classificação | 444 |
| 4. | Defraudação de penhor | 445 |
| 4.1 | Estrutura do tipo penal incriminador | 445 |
| 4.2 | Sujeitos ativo e passivo | 445 |
| 4.3 | Elemento subjetivo | 445 |
| 4.4 | Objetos material e jurídico | 446 |
| 4.5 | Classificação | 446 |

| | | |
|-------|--|-----|
| 5. | Fraude na entrega da coisa | 446 |
| 5.1 | Estrutura do tipo penal incriminador | 446 |
| 5.2 | Sujeitos ativo e passivo | 446 |
| 5.3 | Elemento subjetivo | 446 |
| 5.4 | Objetos material e jurídico | 447 |
| 5.5 | Classificação | 447 |
| 6. | Fraude para recebimento de indenização ou valor de seguro | 447 |
| 6.1 | Estrutura do tipo penal incriminador | 447 |
| 6.2 | Sujeitos ativo e passivo | 448 |
| 6.3 | Elemento subjetivo | 448 |
| 6.4 | Objetos material e jurídico | 448 |
| 6.5 | Classificação | 448 |
| 7. | Fraude no pagamento por meio de cheque | 448 |
| 7.1 | Estrutura do tipo penal incriminador | 448 |
| 7.2 | Sujeitos ativo e passivo | 449 |
| 7.3 | Elemento subjetivo | 449 |
| 7.4 | Particularidades do estelionato por meio de cheque | 450 |
| 7.4.1 | Análise das Súmulas 246 e 554 do Supremo Tribunal Federal ... | 450 |
| 7.4.2 | Cheque pré-datado (pós-datado) ou dado como garantia de pagamento | 451 |
| 7.4.3 | Sustação do cheque | 451 |
| 7.4.4 | Cheque sem fundos emitido para pagar dívida de jogo..... | 451 |
| 7.4.5 | Cheque sem fundos emitido para pagar atividade de prostituição..... | 452 |
| 7.4.6 | Cheque sem fundos emitido em substituição de outro título de crédito | 452 |
| 7.5 | Objetos material e jurídico | 452 |
| 7.6 | Classificação | 453 |
| 8. | Causas de aumento de pena | 453 |
| 8.1 | Princípio da insignificância no estelionato contra entidade pública..... | 453 |
| 8.2 | Entidade de direito público | 454 |
| 8.3 | Súmula 24 do Superior Tribunal de Justiça | 454 |
| 8.4 | Instituto de economia popular, assistência social ou beneficência | 454 |
| 8.5 | Estelionato contra idoso | 454 |
| 9. | Duplicata simulada | 454 |
| 9.1 | Estrutura do tipo penal incriminador | 454 |
| 9.1.1 | Não correspondência à mercadoria vendida em quantidade ou qualidade ou ao serviço prestado | 455 |

| | | |
|--------|--|-----|
| 9.1.2 | Não pagamento da duplicata é questão puramente civil | 455 |
| 9.2 | Sujeitos ativo e passivo | 455 |
| 9.3 | Elemento subjetivo | 456 |
| 9.4 | Objetos material e jurídico | 456 |
| 9.5 | Classificação | 456 |
| 9.6 | Figura equiparada (parágrafo único do art. 172) | 456 |
| | <i>Jurisprudência selecionada</i> | 456 |
| 9.7 | Quadro-resumo | 457 |
| 10. | Abuso de incapazes | 457 |
| 10.1 | Estrutura do tipo penal incriminador | 457 |
| 10.2 | Sujeitos ativo e passivo | 458 |
| 10.3 | Elemento subjetivo | 458 |
| 10.4 | Objetos material e jurídico | 458 |
| 10.5 | Classificação | 458 |
| 10.6 | Quadro-resumo | 459 |
| 11. | Induzimento à especulação | 459 |
| 11.1 | Estrutura do tipo penal incriminador | 459 |
| 11.1.1 | Jogo de tampinhas | 460 |
| 11.2 | Sujeitos ativo e passivo | 460 |
| 11.3 | Elemento subjetivo | 461 |
| 11.4 | Objetos material e jurídico | 461 |
| 11.5 | Classificação | 461 |
| | <i>Jurisprudência selecionada</i> | 462 |
| 11.6 | Quadro-resumo | 462 |
| 12. | Fraude no comércio | 463 |
| 12.1 | Estrutura do tipo penal incriminador | 463 |
| 12.2 | Sujeitos ativo e passivo | 464 |
| 12.3 | Elemento subjetivo | 464 |
| 12.4 | Objetos material e jurídico | 464 |
| 12.5 | Classificação | 464 |
| 12.6 | Figura privilegiada | 465 |
| | <i>Jurisprudência selecionada</i> | 465 |
| 12.7 | Quadro-resumo | 465 |
| 13. | Outras fraudes | 466 |
| 13.1 | Estrutura do tipo penal incriminador | 466 |
| 13.2 | Sujeitos ativo e passivo | 467 |
| 13.3 | Elemento subjetivo | 467 |

| | | |
|--------|---|-----|
| 13.4 | Objetos material e jurídico | 467 |
| 13.5 | Classificação | 468 |
| 13.6 | Pendura | 468 |
| 13.7 | Ação penal pública condicionada | 469 |
| 13.8 | Perdão judicial | 469 |
| | <i>Jurisprudência selecionada</i> | 470 |
| 13.9 | Quadro-resumo | 470 |
| 14. | Fraudes e abusos na fundação ou administração de sociedade por ações... | 471 |
| 14.1 | Análise do núcleo do tipo | 471 |
| 14.2 | Sujeitos ativo e passivo | 472 |
| 14.3 | Elemento subjetivo | 472 |
| 14.4 | Objetos material e jurídico | 472 |
| 14.5 | Classificação | 472 |
| 15. | Tipos penais subsidiários do art. 177 | 472 |
| 15.1 | Falsa cotação das ações da sociedade | 473 |
| 15.1.1 | Estrutura do tipo penal incriminador | 473 |
| 15.1.2 | Sujeitos ativo e passivo | 473 |
| 15.1.3 | Elemento subjetivo | 473 |
| 15.1.4 | Objetos material e jurídico | 473 |
| 15.1.5 | Classificação | 473 |
| 15.2 | Falsa cotação das ações ou de outros títulos da sociedade | 474 |
| 15.2.1 | Estrutura do tipo penal incriminador | 474 |
| 15.2.2 | Sujeitos ativo e passivo | 474 |
| 15.2.3 | Elemento subjetivo | 474 |
| 15.2.4 | Objetos material e jurídico | 474 |
| 15.2.5 | Classificação | 474 |
| 15.3 | Empréstimo sem autorização | 475 |
| 15.3.1 | Estrutura do tipo penal incriminador | 475 |
| 15.3.2 | Sujeitos ativo e passivo | 475 |
| 15.3.3 | Elemento subjetivo | 475 |
| 15.3.4 | Objetos material e jurídico | 475 |
| 15.3.5 | Classificação | 475 |
| 15.4 | Compra ou venda de ações por conta da sociedade | 475 |
| 15.4.1 | Estrutura do tipo penal incriminador | 475 |
| 15.4.2 | Sujeitos ativo e passivo | 476 |
| 15.4.3 | Elemento subjetivo | 476 |
| 15.4.4 | Objetos material e jurídico | 476 |

| | | |
|---------|--|-----|
| 15.4.5 | Classificação | 476 |
| 15.5 | Penhor ou caução de ações da sociedade | 476 |
| 15.5.1 | Estrutura do tipo penal incriminador | 476 |
| 15.5.2 | Sujeitos ativo e passivo | 477 |
| 15.5.3 | Elemento subjetivo | 477 |
| 15.5.4 | Objetos material e jurídico | 477 |
| 15.5.5 | Classificação | 477 |
| 15.6 | Lucros ou dividendos fictícios | 477 |
| 15.6.1 | Estrutura do tipo penal incriminador | 477 |
| 15.6.2 | Sujeitos ativo e passivo | 477 |
| 15.6.3 | Elemento subjetivo | 478 |
| 15.6.4 | Objetos material e jurídico | 478 |
| 15.6.5 | Classificação | 478 |
| 15.7 | Aprovação de contas ou pareceres por meio de fraudes em assembleias | 478 |
| 15.7.1 | Estrutura do tipo penal incriminador | 478 |
| 15.7.2 | Sujeitos ativo e passivo | 478 |
| 15.7.3 | Elemento subjetivo | 478 |
| 15.7.4 | Objetos material ou jurídico | 479 |
| 15.7.5 | Classificação | 479 |
| 15.8 | Crimes cometidos pelo liquidante da sociedade | 479 |
| 15.8.1 | Estrutura do tipo penal incriminador | 479 |
| 15.8.2 | Sujeitos ativo e passivo | 479 |
| 15.8.3 | Tipo penal remetido | 479 |
| 15.9 | Falsa informação ao Governo | 479 |
| 15.9.1 | Estrutura do tipo penal incriminador | 479 |
| 15.9.2 | Sujeitos ativo e passivo | 479 |
| 15.9.3 | Elemento subjetivo | 479 |
| 15.9.4 | Objetos material e jurídico | 480 |
| 15.9.5 | Classificação | 480 |
| 15.10 | Negociação de votos | 480 |
| 15.10.1 | Estrutura do tipo penal incriminador | 480 |
| 15.10.2 | Sujeitos ativo e passivo | 481 |
| 15.10.3 | Elemento subjetivo | 481 |
| 15.10.4 | Objetos material e jurídico | 481 |
| 15.10.5 | Classificação | 481 |
| 15.11 | Causa de extinção da punibilidade, prevista em norma especial | 481 |

| | | |
|--|---|-----|
| 15.12 | Quadro-resumo | 482 |
| 16. | Emissão irregular de conhecimento de depósito ou <i>warrant</i> | 483 |
| 16.1 | Estrutura do tipo penal incriminador | 483 |
| 16.2 | Sujeitos ativo e passivo | 484 |
| 16.3 | Elemento subjetivo | 484 |
| 16.4 | Objetos material e jurídico | 484 |
| 16.5 | Classificação | 484 |
| 16.6 | Quadro-resumo | 485 |
| 17. | Fraude à execução | 485 |
| 17.1 | Estrutura do tipo penal incriminador | 485 |
| 17.2 | Sujeitos ativo e passivo | 486 |
| 17.3 | Elemento subjetivo | 486 |
| 17.4 | Objetos material e jurídico | 486 |
| 17.5 | Classificação | 486 |
| 17.6 | Ação penal privada | 487 |
| | <i>Jurisprudência selecionada</i> | 487 |
| 17.7 | Quadro-resumo | 487 |
| | <i>Resumo do capítulo</i> | 488 |
| Capítulo VII – Receptação | | 491 |
| 1. | Receptação | 491 |
| 1.1 | Estrutura do tipo penal incriminador e aspectos históricos | 491 |
| 1.1.1 | Conceito de coisa | 493 |
| 1.1.2 | Produto de crime | 493 |
| 1.1.3 | Receptação de receptação | 494 |
| 1.1.4 | Receptação de coisa insignificante | 494 |
| 1.1.5 | Antecedentes históricos | 494 |
| 1.2 | Sujeitos ativo e passivo | 494 |
| 1.3 | Elemento subjetivo | 494 |
| 1.4 | Objetos material e jurídico | 495 |
| 1.5 | Classificação | 495 |
| 1.6 | Receptação qualificada | 497 |
| 1.6.1 | Estrutura do tipo penal incriminador | 497 |
| 1.6.2 | Sujeitos ativo e passivo | 498 |
| 1.6.3 | Elemento subjetivo e aplicação da pena | 498 |
| 1.6.4 | Objetos material e jurídico | 500 |
| 1.6.5 | Classificação | 500 |

| | | |
|-------|---|-----|
| 1.7 | Norma penal explicativa | 501 |
| 1.8 | Receptação culposa | 501 |
| 1.8.1 | Estrutura do tipo penal incriminador | 501 |
| 1.8.2 | Sujeitos ativo e passivo | 502 |
| 1.8.3 | Objetos material e jurídico | 502 |
| 1.8.4 | Natureza do objeto ou desproporção entre o valor e o preço.... | 502 |
| 1.8.5 | Condição de quem a oferece | 502 |
| 1.8.6 | Deve presumir-se | 502 |
| 1.8.7 | Classificação | 503 |
| 1.9 | Receptação punível autonomamente | 503 |
| 1.10 | Autor de crime..... | 503 |
| 1.11 | Perdão judicial..... | 506 |
| 1.12 | Figura privilegiada (§ 5.º)..... | 506 |
| 1.13 | Tipo qualificado | 506 |
| | <i>Jurisprudência selecionada</i> | 507 |
| 1.14 | Quadro-resumo..... | 507 |
| 2. | Receptação de animal | 508 |
| 2.1 | Estrutura do tipo incriminador | 508 |
| 2.2 | Sujeitos ativo e passivo | 509 |
| 2.3 | Elemento subjetivo | 509 |
| 2.4 | Objetos material e jurídico | 510 |
| 2.5 | Classificação | 510 |
| 2.6 | Quadro-resumo..... | 510 |
| | <i>Resumo do capítulo</i> | 511 |
| | Capítulo VIII – Imunidades | 513 |
| 1. | Imunidade penal absoluta ou impunibilidade absoluta | 513 |
| 1.1 | Impossibilidade de instauração de inquérito policial | 514 |
| 1.2 | Crimes que admitem a incidência da imunidade penal absoluta | 514 |
| 1.3 | Erro quanto à propriedade do objeto material | 514 |
| 1.4 | Cônjuge na constância da sociedade conjugal (art. 181, I, do CP).... | 515 |
| | <i>Jurisprudência selecionada</i> | 516 |
| 1.5 | Delito cometido durante o noivado , com posterior casamento..... | 516 |
| 1.6 | Crime cometido durante casamento depois constatado nulo | 516 |
| 1.7 | Ascendente e descendente (art. 181, II, do CP) | 517 |
| | <i>Jurisprudência selecionada</i> | 517 |
| 1.8 | Prova do parentesco | 517 |

| | | |
|--------|---|-----|
| 1.9 | Crime de ação pública condicionada | 518 |
| 1.10 | Erro quanto à propriedade do objeto material | 518 |
| 1.11 | Cônjuge separado judicialmente (art. 182, I, do CP) | 518 |
| 1.12 | Irmãos, legítimos ou ilegítimos (art. 182, II, do CP) | 518 |
| | <i>Jurisprudência selecionada</i> | 518 |
| 1.13 | Tio ou sobrinho, havendo coabitação (art. 182, III, do CP) | 519 |
| | <i>Jurisprudência selecionada</i> | 519 |
| 1.14 | Afastamento das imunidades (art. 183 do CP) | 520 |
| 1.14.1 | Roubo, extorsão ou qualquer crime em que haja violência ou grave ameaça | 520 |
| 1.14.2 | Estranho que participa do crime | 520 |
| 1.14.3 | Idoso | 520 |
| | <i>Jurisprudência selecionada</i> | 520 |
| | <i>Resumo do capítulo</i> | 521 |

PARTE 3

CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL

| | |
|---|-----|
| Capítulo I – Crimes contra a Propriedade Intelectual | 525 |
| 1. Proteção constitucional | 525 |
| 2. Violação de direito autoral | 526 |
| 2.1 Direitos de autor | 526 |
| 2.1.1 Direitos conexos aos de autor | 526 |
| 2.2 Estrutura do tipo penal incriminador | 527 |
| 2.3 Sujeitos ativo e passivo | 528 |
| 2.4 Elemento subjetivo | 528 |
| 2.5 Excludentes de tipicidade | 528 |
| 2.6 Excludentes supralegais de tipicidade | 529 |
| <i>Jurisprudência selecionada</i> | 530 |
| 2.7 Objetos material e jurídico | 531 |
| 2.8 Classificação | 531 |
| 2.9 Materialidade do crime | 531 |
| <i>Jurisprudência selecionada</i> | 532 |
| 2.10 Elementos da figura qualificada | 532 |
| 2.11 Elemento subjetivo específico da qualificadora | 533 |
| <i>Jurisprudência selecionada</i> | 533 |
| 2.12 Meio ou processo de execução | 533 |

| | | |
|--------|--|-----|
| 2.13 | Fonograma ou videofonograma | 534 |
| 2.14 | Autor, artista intérprete ou executante e produtor | 534 |
| 2.15 | Observação sobre a multa | 535 |
| 2.16 | A qualificadora e a pena mínima | 535 |
| 2.17 | Comercialização do produto | 535 |
| 2.18 | Sujeitos ativo e passivo | 536 |
| | <i>Jurisprudência selecionada</i> | 536 |
| 2.19 | Elemento subjetivo específico | 536 |
| 2.20 | Confronto entre violação de direitos autorais e descaminho | 537 |
| | <i>Jurisprudência selecionada</i> | 537 |
| 2.21 | Classificação | 537 |
| 2.22 | Violação do direito de autor por outros meios (cabo, fibra ótica, satélite, ondas) | 537 |
| 2.22.1 | Determinação para a destruição da produção ou reprodução criminosa | 538 |
| 2.23 | Crime de violação de direito do autor de programas produzidos para computador (<i>softwares</i>) | 539 |
| 2.24 | Exceções ou limitações ao direito de autor | 539 |
| 2.25 | Quadro-resumo | 540 |
| 3. | Ação penal | 541 |
| 3.1 | Ação penal privada (art. 186, I, do CP) | 541 |
| 3.2 | Ação pública incondicionada quando houver intuito de lucro (art. 186, II, do CP) | 541 |
| 3.3 | Ação pública condicionada à representação (art. 186, IV, do CP) | 542 |
| 3.4 | Facilitação do procedimento | 542 |
| 3.5 | Proteção especial às entidades de direito público (art. 186, III, do CP) | 542 |
| | <i>Resumo do capítulo</i> | 542 |

PARTE 4

CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

| | |
|---|-----|
| Capítulo I – Crimes contra a Organização do Trabalho | 545 |
| 1. Proteção constitucional | 545 |
| <i>Jurisprudência selecionada</i> | 545 |
| 2. Crítica ao título organização do trabalho | 546 |
| 3. Atentado contra a liberdade de trabalho | 546 |
| 3.1 Estrutura do tipo penal incriminador | 546 |
| 3.2 Sujeitos ativo e passivo | 547 |

| | | |
|-----|---|-----|
| 3.3 | Elemento subjetivo | 548 |
| 3.4 | Objetos material e jurídico | 548 |
| 3.5 | Classificação | 548 |
| 3.6 | Competência | 549 |
| | <i>Jurisprudência selecionada</i> | 549 |
| 3.7 | Quadro-resumo | 549 |
| 4. | Atentado contra a liberdade de contrato de trabalho e boicotagem violenta | 550 |
| 4.1 | Estrutura do tipo penal incriminador | 550 |
| 4.2 | Sujeitos ativo e passivo | 551 |
| 4.3 | Elemento subjetivo | 551 |
| 4.4 | Objetos material e jurídico | 551 |
| 4.5 | Classificação | 551 |
| 4.6 | Competência | 551 |
| 4.7 | Quadro-resumo | 552 |
| 5. | Atentado contra a liberdade de associação | 552 |
| 5.1 | Estrutura do tipo penal incriminador | 552 |
| 5.2 | Sujeitos ativo e passivo | 553 |
| 5.3 | Elemento subjetivo | 553 |
| 5.4 | Objetos material e jurídico | 553 |
| 5.5 | Classificação | 553 |
| 5.6 | Competência | 553 |
| 5.7 | Quadro-resumo | 553 |
| 6. | Paralisação de trabalho, seguida de violência ou perturbação da ordem | 554 |
| 6.1 | Estrutura do tipo penal incriminador | 554 |
| 6.2 | Sujeitos ativo e passivo | 555 |
| 6.3 | Elemento subjetivo | 555 |
| 6.4 | Objetos material e jurídico | 555 |
| 6.5 | Classificação | 555 |
| 6.6 | Competência | 555 |
| | <i>Jurisprudência selecionada</i> | 555 |
| 6.7 | Quadro-resumo | 556 |
| 7. | Paralisação de trabalho de interesse coletivo | 556 |
| 7.1 | Estrutura do tipo penal incriminador | 556 |
| 7.2 | Sujeitos ativo e passivo | 557 |
| 7.3 | Elemento subjetivo | 557 |
| 7.4 | Objetos material e jurídico | 557 |
| 7.5 | Classificação | 558 |
| 7.6 | Competência | 558 |
| 7.7 | Quadro-resumo | 558 |

| | | |
|------|--|-----|
| 8. | Invasão de estabelecimento industrial, comercial ou agrícola. sabotagem... | 558 |
| 8.1 | Estrutura do tipo penal incriminador | 558 |
| 8.2 | Sujeitos ativo e passivo | 559 |
| 8.3 | Elemento subjetivo | 559 |
| 8.4 | Objetos material e jurídico | 559 |
| 8.5 | Classificação | 559 |
| 8.6 | Competência | 559 |
| | <i>Jurisprudência selecionada</i> | 559 |
| 8.7 | Quadro-resumo | 560 |
| 9. | Frustração de direito assegurado por lei trabalhista..... | 560 |
| 9.1 | Estrutura do tipo penal incriminador | 560 |
| 9.2 | Sujeitos ativo e passivo..... | 561 |
| 9.3 | Elemento subjetivo | 561 |
| 9.4 | Objetos material e jurídico | 561 |
| 9.5 | Classificação | 562 |
| 9.6 | Competência | 562 |
| 9.7 | Causa de aumento | 562 |
| 9.8 | Quadro-resumo | 564 |
| 10. | Frustração de lei sobre a nacionalização do trabalho..... | 565 |
| 10.1 | Estrutura do tipo penal incriminador | 565 |
| 10.2 | Sujeitos ativo e passivo | 566 |
| 10.3 | Elemento subjetivo | 566 |
| 10.4 | Objetos material e jurídico | 566 |
| 10.5 | Classificação | 566 |
| 10.6 | Competência..... | 567 |
| 10.7 | Quadro-resumo..... | 567 |
| 11. | Exercício de atividade com infração de decisão administrativa | 567 |
| 11.1 | Estrutura do tipo penal incriminador | 567 |
| 11.2 | Sujeitos ativo e passivo | 568 |
| 11.3 | Elemento subjetivo | 568 |
| 11.4 | Objetos material e jurídico | 568 |
| 11.5 | Classificação | 568 |
| 11.6 | Competência | 568 |
| | <i>Jurisprudência selecionada</i> | 568 |
| 11.7 | Quadro-resumo..... | 569 |
| 12. | Aliciamento para o fim de emigração..... | 569 |
| 12.1 | Estrutura do tipo penal incriminador | 569 |
| 12.2 | Sujeitos ativo e passivo | 569 |

| | | |
|-------|--|-----|
| 12.3 | Elemento subjetivo | 569 |
| 12.4 | Objetos material e jurídico | 570 |
| 12.5 | Classificação | 570 |
| 12.6 | Competência | 570 |
| | <i>Jurisprudência selecionada</i> | 570 |
| 12.7 | Quadro-resumo..... | 571 |
| 13. | Aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional.... | 571 |
| 13.1 | Estrutura do tipo penal incriminador | 571 |
| 13.2 | Sujeitos ativo e passivo | 571 |
| 13.3 | Elemento subjetivo | 571 |
| 13.4 | Objetos material e jurídico | 572 |
| 13.5 | Classificação | 572 |
| 13.6 | Competência | 572 |
| 13.7 | Figura equiparada | 572 |
| 13.8 | Classificação | 572 |
| 13.9 | Causa de aumento da pena (art. 207, § 2.º, do CP)..... | 572 |
| 13.10 | Quadro-resumo | 572 |
| | <i>Resumo do capítulo</i> | 573 |

PARTE 5

CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO E CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS

| | |
|---|-----|
| Capítulo I – Crimes contra o Sentimento Religioso | 579 |
| 1. Proteção constitucional | 579 |
| 2. Ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo | 579 |
| 2.1 Estrutura do tipo penal incriminador | 579 |
| 2.2 Sujeitos ativo e passivo | 580 |
| 2.3 Elemento subjetivo do tipo | 580 |
| 2.4 Objeto material e jurídico | 581 |
| 2.5 Classificação | 581 |
| 2.6 Causa de aumento (art. 208, parágrafo único) | 582 |
| 2.7 Sistema da acumulação material | 582 |
| <i>Resumo do capítulo</i> | 582 |
| Capítulo II – Crimes contra o Respeito aos Mortos | 585 |
| 1. Impedimento ou perturbação de cerimônia funerária..... | 585 |
| 1.1 Estrutura do tipo penal incriminador | 585 |

| | | |
|-----|--|-----|
| 1.2 | Sujeitos ativo e passivo | 585 |
| 1.3 | Elemento subjetivo do tipo | 586 |
| 1.4 | Objetos material e jurídico | 586 |
| 1.5 | Classificação | 586 |
| 1.6 | Causa de aumento | 586 |
| 1.7 | Sistema da acumulação material | 586 |
| 1.8 | Quadro-resumo | 586 |
| 2. | Violação de sepultura | 587 |
| 2.1 | Estrutura do tipo penal incriminador | 587 |
| 2.2 | Sujeitos ativo e passivo | 587 |
| 2.3 | Elemento subjetivo | 587 |
| 2.4 | Objetos material e jurídico | 588 |
| 2.5 | Classificação | 588 |
| 2.6 | Violação com a finalidade de furtar | 588 |
| 2.7 | Quadro-resumo | 588 |
| 3. | Destrução, subtração ou ocultação de cadáver | 589 |
| 3.1 | Estrutura do tipo penal incriminador | 589 |
| 3.2 | Sujeitos ativo e passivo | 589 |
| 3.3 | Elemento subjetivo do tipo | 589 |
| 3.4 | Erro de proibição | 589 |
| 3.5 | Objetos material e jurídico | 589 |
| 3.6 | Classificação | 590 |
| 3.7 | Confronto com a autodefesa | 590 |
| | <i>Jurisprudência selecionada</i> | 590 |
| 3.8 | Quadro-resumo | 591 |
| 4. | Vilipêndio a cadáver..... | 591 |
| 4.1 | Estrutura do tipo penal incriminador | 591 |
| 4.2 | Sujeitos ativo e passivo | 591 |
| 4.3 | Elemento subjetivo do tipo | 592 |
| 4.4 | Objetos material e jurídico..... | 592 |
| 4.5 | Classificação | 592 |
| 4.6 | Quadro-resumo | 592 |
| | <i>Resumo do capítulo</i> | 593 |
| | Referências Bibliográficas | 595 |
| | Obras do Autor | 631 |